

# PROCESSOS MIGRATÓRIOS, TRABALHO AGRÍCOLA E INTEGRAÇÃO NOS MERCADOS

## EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE GRANDES PROJECTOS SOBRE COMUNIDADES CAMPONESAS<sup>1</sup>

João Feijó e Aleia Rachide Agy

### INTRODUÇÃO

Não obstante as diásporas africanas virem a merecer uma particular atenção a nível internacional, as análises sobre as migrações no interior do continente têm comparativamente adquirido menor atenção (Bakewell, 2008: 5). No período colonial, as análises sobre os fluxos migratórios em África privilegiavam os movimentos de mão-de-obra para as cidades, atraída pelos grandes projectos coloniais, conferindo atenção à adaptação socioprofissional ao mundo urbano, às consequências da conversão dos trabalhadores para o ramo industrial ou comercial ou à formação de elites nacionais (Southall, 1973). Nas décadas seguintes, as reflexões mantiveram o ênfase na adaptação do homem rural às cidades, assim como na formação de uma consciência urbana, ainda que híbrida, entre camponeses africanos e seus descendentes (Kemper, 1991; Potts, 1997). Mais recentemente, tem-se conferido atenção ao sobrepovoamento das cidades em virtude das migrações, aos processos de instalação por via de construções informais, à ruptura de infra-estruturas básicas, carência de empregos e crescimento do sector informal (Potts, 1997; Kessides, 2007). Nos PALOP, os trabalhos de Oppenheimer e Raposo (2007), Raposo e Salvador (2007) e Costa e Rodrigues (2007) incidiram sobre o impacto desses fluxos migratórios no crescimento acelerado de grandes cidades como Luanda e Maputo.

Em contrapartida, constata-se um menor interesse em torno dos efeitos desses êxodos nas comunidades rurais de origem. O'Connor (1983) e Potts (1997) analisaram as transferências de bens e valores monetários para as zonas rurais, fundamentais para a sobrevivência de muitas famílias, assim como a manutenção de ligações entre as populações urbanas e os contextos de origem. Destaca-se ainda as temáticas associadas ao género, nomeadamente o interesse pelas mulheres camponesas, determinadas pela dureza das tarefas rurais sob a sua responsabilidade (Frias, 2006; Chant, 1998).

<sup>1</sup> Este artigo resulta de um projecto intitulado «Do modo de vida camponês à pluriactividade – impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural» executado ao longo do ano de 2014 e financiado pelo Observatório do Meio Rural.

Em Moçambique, os trabalhos de Ruth First (1988) descrevem a pressão migratória de muitos jovens rurais para as minas sul-africanas, atraídos pelos melhores salários aí praticados, que levantavam inúmeros problemas às explorações agrícolas coloniais. Se o êxodo rural constituiu um problema para os grandes projectos agro-pecuários, a nível do pequeno campesinato os efeitos foram distintos. Pela possibilidade de acumulação económica por parte da mão-de-obra emigrante, as experiências migratórias tiveram impactos na monetarização das comunidades rurais, possibilitando o investimento em bens de consumo (rádios ou bicicletas) e meios de produção (alfaias agrícolas), mas também a nível da reprodução familiar. Negrão (2006) explica como, no caso do Sul de Moçambique, a emigração e as consequentes remessas em dinheiro continuam a contribuir para o desenvolvimento da pecuária, em particular da criação de gado. Estes fluxos monetários são utilizados para o reforço quer das alianças sociais através dos dotes da noiva (lobolo) quer da segurança dos membros da família nas gerações seguintes. Mais recentemente, Casimiro (2008) e Chambe (2011) confirmam que as práticas de pluriactividade e de diversificação de rendimentos não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas a sua sobrevivência e reprodução. Da (re)criação de estratégias de sobrevivência múltiplas e adaptativas, as famílias conseguem adquirir o suficiente para suprir as necessidades de alimentação, para comprar os produtos necessários para os filhos na escola, para aceder aos postos de saúde e comprar medicamentos.

Trata-se de uma prática que resulta da interacção entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e económico em que estão inseridas (Chambe, 2011). Tanto os estudos do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2001) como do Ministério do Plano e Desenvolvimento (2005 citados por Chambe, 2011) mostram que existem cada vez mais famílias rurais a combinarem diversas actividades ou membros da família ocupando-se de outras actividades fora da unidade familiar. Como conclui Casimiro (2008), é da (re)criação de estratégias de sobrevivência múltiplas e adaptativas que as famílias conseguem adquirir o suficiente para suprir as necessidades de alimentação, para comprar produtos escolares ou para aceder aos postos de saúde e medicamentos. Na linha de Negrão (2006), as famílias rurais sempre procuraram organizar-se entre o trabalho agrícola e não agrícola, buscando a condição de trabalhador assalariado dentro ou fora das suas unidades familiares, diversificando assim os seus rendimentos.

Condicionado pelo acesso a capital e a maquinaria, o pequeno campesinato moçambicano continua fortemente dependente do recurso a mão-de-obra familiar intensiva. Em contextos onde a acção social do Estado é pouco visível, é através dos grupos de entreajuda e de lógicas de solidariedade recíproca que os actores definem as suas respostas às dificuldades quotidianas. À luz deste princípio, o êxodo rural, ainda que temporário, pela consequente privação de uma mão-de-obra intensiva, poderia ser entendido como um factor destruidor das lógicas de sobrevivência camponesa e familiar. Por outro lado, os últimos anos têm sido acompanhados pelo

surgimento de inúmeros megaprojectos, com efeitos multiplicadores noutros sectores da economia (na construção, nos pequenos estabelecimentos de alimentação e bebidas ou no comércio informal), que têm sido responsáveis pela atracção de uma grande quantidade de trabalhadores não qualificados para os crescentes centros urbanos ou industriais, a maioria oriunda de zonas rurais. Além da capital de Maputo, as cidades de Tete ou de Nacala-Porto constituem hoje locais com grande dinamismo económico. Da mesma forma, no distrito do Chibuto são há anos anunciados grandes investimentos na exploração de areias pesadas. É neste contexto que se pretendem analisar os efeitos das tendências migratórias para as zonas de implementação de grandes projectos a nível da economia camponesa. Por um lado, pretende-se analisar os impactos sobre as relações de trabalho e sobre as relações de poder no seio do grupo doméstico. Por outro lado, pretende-se analisar os efeitos desses grandes projectos sobre o processo de integração dos camponeses nos mercados, quer a nível de contratação de mão-de-obra assalariada quer relativamente ao acesso a crédito bancário ou aos mercados de escoamento dos produtos. Com recurso a um conjunto de abordagens de cariz qualitativo, com destaque para as entrevistas, para os grupos de discussão e para a observação no terreno pretende-se analisar diversas comunidades rurais marcadas pelo êxodo masculino, tanto no Norte (no corredor de Nacala), como no Centro (no vale do Zambeze), como no Sul de Moçambique (no distrito de Chibuto e na Capital). Trata-se de analisar comunidades próximas dos grandes centros urbanos e que por essa via estão expostas a dinâmicas sociais contraditórias. Por um lado, a proximidade de mercados emergentes facilita não apenas o escoamento dos produtos (frequentemente sob preços inflacionados), mas também, à partida, o acesso a uma rede de distribuição de insumos ou ao sistema bancário. Por outro lado, essa proximidade expõe as comunidades camponesas não só aos efeitos da especulação imobiliária (com riscos para a actividade agrícola) mas também ao assalariamento dos membros da família nas actividades urbanas, decorrentes da implementação de grandes projectos, com impactos na redução da mão-de-obra disponível, na capacidade de produção agrícola e, eventualmente, na segurança alimentar.

## METODOLOGIA

A investigação pressupõe a realização de quatro estudos de caso, em pequenas comunidades localizadas no Norte do País (no distrito de Nacala-Porto), Centro de Moçambique (no distrito de Tete) e no Sul do País (no distrito de Chibuto e da Matola). Trata-se de zonas geográficas fortemente expostas às dinâmicas atractivas de diversos megaprojectos, potencialmente convidativos ao assalariamento e êxodo rural, por um lado, mas também ao aumento da produção, num contexto de proximidade dos mercados e de aumento da procura. Pretende-se, desta forma, analisar o efeito dos diversos megaprojectos sobre as

economias familiares camponesas<sup>2</sup>. Na prossecução deste objectivo foram utilizadas metodologias de investigação predominantemente qualitativas com destaque para quatro técnicas distintas. Em primeiro lugar, e com vista a promover o quebra-gelo e a conquista da confiança dos interlocutores, organizou-se em cada comunidade um ou dois grupos focais, com dimensões variáveis (entre 8 e 15 camponeses), cujo exercício decorreu na maioria dos casos no próprio terreno agrícola. As perguntas foram colocadas em língua portuguesa, sendo posteriormente traduzidas para a língua local, com o apoio de técnicos extensionistas ou de líderes locais. Os grupos focais foram gravados em áudio e posteriormente transcritos para texto. A constituição de grupos restritos e pré-familiarizados proporcionou um maior à-vontade para a participação, patente na vivacidade dos comentários, nas discordâncias ou em alguns comentários humoristas. Num segundo momento, realizaram-se 55 entrevistas semidirigidas (13 na Zona Verde no distrito da Matola; 16 em Nhartanda no distrito de Tete; 15 em Namissica no distrito de Nacala-Porto; e 11 em Mucotuene no distrito de Chibuto<sup>3</sup>).

Num terceiro momento, foram aplicados dois inquéritos por questionário, um primeiro aos próprios camponeses (20 questionários em cada comunidade), com o objectivo de compilar as quantidades produzidas e valores da venda, e um segundo aos vendedores dos mercados municipais da cidade, com o objectivo de conhecer os preços de revenda ao público dos produtos agrícolas.

Finalmente, ao longo da presença no terreno não deixaram de se observar diversos fenómenos, como as ferramentas e utensílios utilizados (enxadas, regadores, botas, etc.), as condições de habitação ou a detenção de bens de consumo (motas, bicicletas, telemóveis), assim como as dinâmicas de relacionamento entre os próprios camponeses, ou entre estes e as comunidades externas. Os comentários dos participantes foram comparados com as acções por eles realizadas.

A identificação e a integração nas comunidades locais foram facilitadas por diversas organizações não governamentais e pelos responsáveis pelos Serviços Distritais para as Actividades Económicas, afectos ao Ministério da Agricultura, o que não deixou de condicionar<sup>4</sup>, como se analisará, os resultados da pesquisa.

<sup>2</sup> Ao longo do texto, os conceitos de produtores familiares, de produtores de pequena escala ou de camponeses serão considerados como equivalentes.

<sup>3</sup> No distrito de Chibuto foi também realizado um segundo grupo de discussão envolvendo 30 camponeses na localidade de Coca Missava, localizada nas margens do rio Limpopo, mas a jusante de Mucotuene, particularmente marcado pela migração masculina para a África do Sul.

<sup>4</sup> Se no distrito da Matola a comunidade da Zona Verde foi identificada pelos próprios investigadores (familiarizados com a zona de exploração agrícola), a escolha das restantes comunidades foi recomendada por técnicos locais, após a apresentação dos objectivos da pesquisa. No caso da comunidade de Nhartanda (distrito de Tete), a identificação e integração na comunidade foi facilitada pelos membros da delegação provincial da União Nacional de Camponeses, sendo que a aproximação às comunidades de Namissica (em Nacala-Porto) ou no Chibuto foi facilitada pelos Serviços Distritais para as Actividades Económicas. Em ambas as situações, não deixou de ser notória uma preocupação política por parte dos responsáveis distritais do Ministério da Agricultura, no sentido de mostrarem a investigadores externos os exploradores agrícolas de sucesso da região e não tanto os fenómenos de subaproveitamento da terra.

Em todas as comunidades, a realização de entrevistas contou em muitos casos com a facilitação de tradutores, que constituíram membros das próprias comunidades (nos casos de Matola e Tete) ou extensionistas (nos distritos de Nacala-Porto e Chibuto). Muitas das traduções foram permeáveis a novas interpretações dos fenómenos e à inserção de novos elementos nas respostas. Pelo facto de estarem próximos e relativamente integrados na comunidade, os extensionistas forneceram frequentemente interpretações das respostas dos entrevistados, o que não deixou de ser bastante profícuo para a análise de conteúdo. Pelo facto de terem fornecido importantes informações sobre as dinâmicas locais, contextualizando frequentemente as respostas dos intervenientes, os extensionistas constituíram, na verdade, importantes informantes privilegiados.

## BREVE CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

Como referido, o projecto de pesquisa previa a realização de uma análise de comunidades de camponeses próximas de centros urbanos onde estejam em curso grandes projectos económicos, nomeadamente nas cidades de Matola, Chibuto, Tete e Nacala-Porto.

Plenamente integrada na capital de Moçambique, formando a grande Área Metropolitana de Maputo e um importante corredor de desenvolvimento, a cidade da Matola tem sido palco da implementação de grandes investimentos. Nas últimas duas décadas, foram instalados importantes projectos, com destaque para as vias rodoviárias de acesso a Maputo e à África do Sul, para a construção de habitações, para a implementação ou modernização de unidades industriais no sector dos alumínios, automóvel, cimenteiro, energético, entre outros, com um efeito dinamizador de pequenas e médias empresas e com potencial gerador de emprego.

A economia do distrito do Chibuto assenta na actividade pesqueira e agro-pecuária, que envolve mais de 80% da população. Contudo, está previsto um projecto de exploração de areias pesadas, em torno do qual se têm desenvolvido importantes expectativas socioeconómicas, a nível da geração de emprego e da dinamização de actividades no sector privado da economia (DNAL, 2005: 40).

Já no distrito de Tete, a entrada de um conjunto de multinacionais – como a Vale, a Rio Tinto Coal Mining, a African Queen Mines, a Jindal, a Baobab Resources Plc ou a Coal India Ltd, entre outras – para prospecção e exploração de minérios (com destaque para o carvão de coque em Moatize, mas também ouro, ferro, vanádio e titânio, em diversas zonas da província) exerceram um efeito catalisador da economia da região, imediatamente visível em sectores como o da construção civil, da banca ou da hotelaria e restauração. A euforia em torno da mineração em Tete tem implicado um conjunto de reassentamentos populacionais e contribuído para a pressão urbanística e conseqüente especulação imobiliária, particularmente na capital provincial.

Finalmente, o distrito de Nacala-Porto beneficia das condições geográficas do seu porto de águas profundas<sup>5</sup>, que lhe confere potencial para receber navios de grande tonelagem, tornando-se um dos portos mais movimentados da costa oriental africana. O porto representa o terminal do Corredor de Nacala, servido por uma linha férrea que liga o oceano Índico ao *hinterland*, com passagem pelo Malawi e origem na província de Tete, prevendo-se que venha a constituir um importante meio de escoamento do carvão produzido em Moatize. Beneficiando da sua privilegiada localização geográfica assim como das condições promovidas pelo Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (Gazeda), o distrito de Nacala-Porto constitui, presentemente, um dos principais centros de investimento em Moçambique. O Projecto Corredor de Nacala<sup>6</sup>, o investimento da Vale e da empresa pública Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique (CFM), assim como a construção de um aeroporto internacional tiveram reflexos em diversos sectores como a construção civil, a hotelaria e o comércio em geral, gerando empregos e atraindo populações.

As comunidades camponesas analisadas têm em comum estarem implementadas nas zonas verdes<sup>7</sup> destas grandes cidades (no caso da Zona Verde da Matola ou do Vale de Nhartanda em Tete), ou pelo menos a uma distância inferior a 30 km da mesma (como o caso da comunidade de Mucotuene no Chibuto ou de Namissica em Nacala-Porto). Por outro lado, ao longo da sua existência, todas estas comunidades beneficiaram, em algum momento, de apoios económicos, por parte de organizações não governamentais, do governo ou do município. Todas as comunidades estão organizadas em cooperativas ou em associações, produzindo em sistema de regadio uma área média de 0,88 ha por cada unidade familiar.

A cooperativa de camponeses da Zona Verde está localizada no vale do Infulene<sup>8</sup>, no distrito da Matola. Trata-se de um bairro periurbano<sup>9</sup> que acolheu ao longo das últimas décadas inúmeras populações de origens rurais. Com solos aluvionares (impróprios para a actividade agrícola), os

<sup>5</sup> O porto de Nacala é o terceiro maior com águas profundas na costa oriental africana, ainda que no contexto regional não esteja bem considerado. O relatório *Análise do Impacto do Terminal Especial de Exportação de Nacala (TEEN)*, elaborado pelo escritório de advogados Sal & Caldeira e encomendado pela Confederação das Associações Económicas (CTA), classifica o porto como o terceiro pior a nível de eficiência para exportação na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

<sup>6</sup> O Projecto Corredor de Nacala é um investimento da Vale e da empresa pública Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique (CFM), que está a mudar a configuração socioeconómica do distrito. O projecto consiste na construção de 912 km de linha férrea a partir de Moatize, passando pelo Malawi e regressando a Moçambique através do Niassa até Nacala-Velha.

<sup>7</sup> Como explica Mosca (2011: 89), as zonas verdes foram criadas no final da década de 1970 e tinham três objectivos principais, nomeadamente incentivar a produção de vegetais, frutas e animais de pequenas espécies para redução da fome, aumentando a auto-suficiência alimentar e abastecimento das cidades; gerar emprego e elevar os rendimentos das famílias das cidades e, sobretudo, das zonas periurbanas; pretendia-se ainda criar zonas de tampão para travar nas periferias a emigração para as cidades.

<sup>8</sup> O vale do Infulene resulta da ramificação do rio Incomati, próximo da sua foz. O riacho que conforma esta baixa (o vale do Infulene) tem o nome de Mulauza e corta vários bairros periféricos das cidades de Maputo e Matola, numa extensão que ultrapassa 15 km, antes de desaguar na baía de Maputo.

<sup>9</sup> Com base em características infra-estruturais e socioeconómicas, Araújo (1999: 178-180) propõe a desagregação da cidade em «zona urbana» (correspondente ao que no período colonial se designava «cidade de cimento»), «zona suburbana» (correspondente à antiga «cidade de caniço» e com uma taxa de ocupação muito elevada) e «zona periurbana» (caracterizada por uma densidade de ocupação comparativamente menor e pela presença da actividade agrícola). Esta distinção não deve ser vista como estática ou desconsiderar a complexa relação entre as diferentes zonas. Em bairros considerados suburbanos ou periurbanos emergem vivendas unifamiliares e luxuosas ou quintas rodeadas de amplos terrenos murados (consoante o espaço disponível), pertencentes a novos moradores oriundos na maioria da área urbana. Trata-se de espaços que muitas vezes não obedecem a um ordenamento e que carecem de infra-estruturas de saneamento e viárias.

camponeses da região fazem o aproveitamento das zonas baixas para a prática da actividade agrícola, que se realiza em ambas as margens do riacho, com maior incidência na época seca, altura em que as temperaturas são apropriadas para o cultivo de hortícolas (Siteo, 2008: 6-7). A Zona Verde desempenha um papel importante na produção e no abastecimento de hortícolas às cidades de Maputo e Matola. Na década de 1960, o vale do Infulene constituía já um importante local de produção agro-pecuária<sup>10</sup>. No período pós-independência, os terrenos foram parcelados em áreas de 25 por 25 metros ao longo do vale do Infulene, sendo constituídas diversas cooperativas de produção. Os camponeses entrevistados são maioritariamente oriundos das províncias de Maputo e de Gaza, com uma média de idades superior a 50 anos.

Localizada no posto administrativo de Chaimite, a aproximadamente 30 km da cidade de Chibuto, na localidade de Mucotuene operam camponeses associados, que começaram a praticar a agricultura comercial com apoio da organização não governamental Auxílio Mundial (vocacionada localmente para a identificação e intervenção de doentes com tuberculose e para a mitigação dos problemas do VIH/sida). A associação de Mucotuene é composta maioritariamente por mulheres viúvas. As camponesas associadas foram abrangidas por diversos projectos de intervenção comunitária, que consistiam na prestação de cuidados a crianças órfãs com VIH-sida assim como na prevenção e tratamento da tuberculose. Como estratégia para potenciar a segurança alimentar e como forma de ocupar e garantir algum sustento para os voluntários, optou-se pela constituição da Associação de Mucotuene, em que cada um obteve uma parcela agrícola onde podia produzir para si e para o mercado. A Associação de Mucotuene conta com 62 produtores (cada um com 0,2 ha), numa área total de 350 ha, onde são plantados diversos hortícolas para venda no mercado. Todos os camponeses guardam para si as primeiras três linhas de produção para autoconsumo ou venda pessoal, sendo a restante produção colocada no mercado, de forma conjunta, por um elemento da associação nomeado para o efeito.

A cooperativa de camponeses de Nhartanda está localizada na margem norte do rio Zambeze, no bairro Mateus Sansão Muthemba, a menos de 5 km do centro da cidade de Tete. A Cooperativa dos Camponeses<sup>11</sup> do Vale de Nhartanda foi fundada em 1983, por acção do

<sup>10</sup> Diversos entrevistados fazem referência à existência de pequenos produtores familiares moçambicanos, assim como de quintas, detidas por colonos portugueses ou cidadãos asiáticos, abandonadas após o êxodo populacional dos anos de 1974 e de 1975 e, posteriormente, ocupadas por cidadãos moçambicanos.

<sup>11</sup> Como explica Mosca (2011: 73-81), sob um ideal de colectivização dos meios de produção e de distribuição dos rendimentos após a independência de Moçambique, e com base na experiência acumulada nas zonas libertadas, a Frelimo procurou criar um conjunto de cooperativas de produção. Estes projectos baseavam-se na mobilização das pessoas com promessas de apoio estatal em equipamentos, insumos ou transporte, sob a coordenação de militantes do Partido-Estado. Segundo o autor, muitos participaram nestas «machambas colectivas», quer como forma de não demonstração de resistência quer como resposta à mobilização da Frelimo, então depositária de grande legitimidade. O trabalho era colectivo e sem divisão de tarefas, e a distribuição era igualitária, independente das funções, competências ou do volume de trabalho prestado. Grande parte destas experiências não resistiu no curto prazo, tendo sobrevivido aquelas que obtiveram mais apoios do Estado (quer em equipamento quer em extensão), melhores condições de produção (em termos de solos e regadios), maior proximidade e acessibilidade relativamente aos mercados, condições organizacionais herdadas do período colonial, assim como maior capacidade de mobilização por parte das respectivas elites locais.

governo de Moçambique, através da qual dezenas de camponeses passaram a explorar economicamente a zona agrícola, inicialmente sem grandes infra-estruturas para realização do regadio. Funcionando hoje na realidade como uma associação<sup>12</sup>, a organização compõe 177 membros, dos quais 80% são mulheres, com uma média etária superior a 50 anos, e maioritariamente originários da província de Tete, que exploram na totalidade 85 ha de terrenos agrícolas. Tal como na Zona Verde da cidade de Maputo, perfeitamente absorvida pela cintura urbana da cidade, os terrenos em Nhartanda são hoje alvo de uma forte pressão imobiliária<sup>13</sup>. Finalmente, localizada a 15 km da cidade de Nacala-Porto, a comunidade de Namissica está integrada no que pretende vir a ser a cintura verde do distrito. De origem piscatória, a população beneficiou de diversos projectos de intervenção comunitária promovidos por várias organizações não governamentais que, além de actividades de formação e de sensibilização (a nível de água e saneamento, de dieta alimentar ou de produção agrícola), procurou contribuir para a organização da população em associações agrícolas, apoiando-se na construção de represas de água e no fornecimento de insumos e extensão. Ao contrário das amostras de camponeses da Matola, Tete e Chibuto, em Namissica, a maioria (53%) dos exploradores agrícolas entrevistados é do sexo masculino e de uma faixa etária comparativamente mais jovem.

## DINÂMICAS MIGRATÓRIAS, ACTIVIDADE AGRÍCOLA E REORGANIZAÇÃO FAMILIAR

De acordo com o Inquérito ao Orçamento Familiar de 2008/2009, conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística, 70,9% da população moçambicana reside nas zonas rurais, sendo

<sup>12</sup> O testemunho de Dórica Amose, que acompanhou o processo de desenvolvimento do vale de Nhartanda desde o início da década de 1980, é ilustrativo das dinâmicas de produção, de consumo e de organização do trabalho da cooperativa e respectiva transformação organizacional no período pós-socialista: «Depois, em 1985, fez-se também em duas zonas, que é na zona sul e zona norte da província de Tete. Quando se fez isso, pronto, nós começámos a trabalhar como cooperativas (...). Depois tivemos aquela visita do Presidente Samora (...), depois quando morreu, nós ficámos. E dali pronto, aqueles apoios começaram a diminuir, éramos quase quinhentos e tal membros no vale de Nhartanda, porque tínhamos apoio, recebíamos comida. Era tempo de fome, recebíamos comida, recebíamos sabão, recebíamos produtos para o consumo. Depois havia também cooperativas de consumo. Aquele que era membro do vale de Nhartanda tinha de ser também um membro da cooperativa. Com o andar do tempo, aquela maneira de trabalhar em cooperativas (...) já não estava a dar bem, porque os apoios já estavam a diminuir e as pessoas vinham, quando vinham no vale de Nhartanda (...). Para vir trabalhar só vinham às vezes ou não vinham e pronto. Nós vimos que essa maneira de trabalhar não estava a dar bem, e daí optámos por, em vez de trabalhar em conjunto, parcelar o vale do Nhartanda, e cada um ficou com uma parcela que está a cargo da Associação.»

<sup>13</sup> Em entrevista ao jornal *Notícias* (Redacção, 07.11.2014: 5), a presidente da União das Associações do Vale de Nhartanda na província de Tete queixava-se da ocupação das áreas reservadas à produção agrícola por um projecto de construção de habitações e outras infra-estruturas pertencentes a entidades singulares e instituições. Segundo a mesma, parte considerável dos 83 ha pertencentes à associação desde 1983 está a ser ocupada por indivíduos que estão a erguer residências (de forma ilegal, sem documentação e sem o prévio conhecimento dos cooperativistas), em prejuízo da produção agrícola dos associados. Neste cenário, diversos camponeses têm eles próprios aplicado as receitas provenientes da agricultura na construção de casas e dependências para arrendamento (Feijó & Agy, 2015).



que 93,8% se dedicam à actividade agrícola. Não obstante esta população maioritariamente rural, o País tem vindo a assistir a uma tendência migratória para as grandes cidades. Na sequência da guerra dos 16 anos, os principais centros urbanos do País acolheram fortes movimentos populacionais de populações refugiadas que, findo o conflito, nem sempre regressaram aos seus contextos de origem. Desta forma, estabeleceu-se um conjunto de redes migratórias que, nas décadas seguintes, proporcionaram a continuidade de movimentos diaspóricos oriundos das zonas rurais. Foi neste contexto que a capital do País e a cidade da Matola registaram, ao longo do último quartel do século XX, um forte crescimento populacional. Já no novo milénio e conhecendo a implementação de grandes projectos económicos, outras cidades do Centro e do Norte do País têm vindo a conhecer a chegada de inúmeras populações migrantes, atraídas (pela esperança) por um emprego no sector formal ou informal da economia. É neste contexto que se pretendem analisar os impactos deste *boom* económico sobre as populações camponesas localizadas na proximidade desses centros urbanos, quer a nível do êxodo rural – em busca de situações de assalariamento ou de criação de pequenos negócios (informais) – quer a nível da actividade agrícola, nomeadamente nas formas de organização do trabalho e nos processos de tomada de decisão.

## DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NAS COMUNIDADES CAMPONESAS

Estreitamente dependente das economias vizinhas (em particular da África do Sul ou da antiga Rodésia) e ligados por laços etnolinguísticos, os movimentos migratórios das populações moçambicanas a sul do Save, do corredor da Beira ou próximas de regiões fronteiriças estão desde o período colonial envolvidas em processos migratórios<sup>14</sup>. Quer as minas da África do Sul quer as grandes plantações (de cana-de-açúcar, chá ou algodão) são historicamente geradoras de migrações sazonais, tanto para fora como inclusivamente dentro de Moçambique (Brad, 2008: 15).

Os dados do Instituto Nacional de Estatística permitem-nos concluir que os movimentos migratórios nos distritos de Matola, Chibuto, Tete e Nacala-Porto registam nos dias de hoje dinâmicas distintas. Expostos aos efeitos da proximidade da África do Sul e com uma taxa de

<sup>14</sup> As trajectórias dos emigrantes moçambicanos para as minas da África do Sul foram, desde os finais do século XIX, reguladas pelos Estados sul-africano e português, com vista a retirarem o máximo lucro possível do trabalho dos mineiros. Fruto da canalização oficial de grandes quantidades de trabalhadores emigrantes, as empresas mineiras ganhavam margem de negociação para redução dos salários. Por sua vez, o Estado colonial garantia o pagamento de parte do salário dos trabalhadores em ouro, reduzia o volume da migração clandestina e garantia o retorno dos emigrantes (que regressavam a Moçambique após a finalização do contrato), a tempo de pagar o imposto de palhota, gastando em Moçambique uma parte do salário auferido fora do País. De cariz estrutural e tendo-se mantido até à independência de Moçambique, esta relação baseava-se, ainda, na negociação conjunta do uso do caminho-de-ferro e do porto de Lourenço Marques para o escoamento da produção mineira (Newitt, 1995; Hedges, 1999).

fecundidade reduzida – pelo menos tendo como ponto de referência o contexto moçambicano –, os distritos da Matola e do Chibuto apresentam um saldo migratório negativo<sup>15</sup>. Por sua vez, envolvidos numa dinâmica de forte investimento, os distritos de Tete e de Nacala-Porto têm vindo a registar um aumento populacional, não só por consequência da comparativamente mais elevada taxa de fecundidade como em resultado de percursos migratórios. Quer as actividades de mineração quer a existência de uma zona franca em Nacala-Porto são responsáveis pela geração de empregos que não deixam de atrair populações das várias províncias do País, assim como do estrangeiro.

Ao longo da pesquisa foram identificadas diversas situações de abandono de actividades rurais por parte de populações camponesas em busca de situações de assalariamento ou de criação dos seus próprios negócios. Quando se perguntou «tem algum membro que tenha pertencido ao seu agregado familiar e que esteja de momento a trabalhar na cidade?», as respostas foram heterogéneas. Do quadro 1 é possível constatar que o número de agregados familiares com pelo menos um membro da família envolvido numa experiência migratória entre as comunidades da zona sul do País (nomeadamente da Zona Verde da Matola e na comunidade de Mucotuene em Chibuto) é bem superior (69,2% e 54,5%, respectivamente) ao das comunidades analisadas no Centro e Norte do País (6,3% e 33,3%).

**QUADRO 1: PERCENTAGEM DE CAMPONESES QUE DECLARAM TER MEMBROS MIGRANTES NO SEU AGREGADO FAMILIAR**

COMUNIDADE DE CAMPONESES	%
Zona Verde (Matola)	69,2%
Mucotuene (Chibuto)	54,5%
Nhartanda (Tete)	6,3%
Nhartanda (Nacala-Porto)	33,3%

Integrados nas dinâmicas socioeconómicas da capital do País, as famílias camponesas da Zona Verde da Matola revelaram uma forte tendência de inserção nas actividades profissionais (in)formais da Área Metropolitana de Maputo, assim como nas trajectórias migratórias para a África do Sul. Inúmeros camponeses entrevistados declararam, inclusivamente, que já trabalharam no país vizinho, ao longo do período colonial ou após a independência. A proximidade relativamente à África do Sul, a existência de redes migratórias estabelecidas, a integração no sector económico da capital ou a reduzida dimensão dos terrenos agrícolas<sup>16</sup> e a desvalorização social

<sup>15</sup> De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, enquanto os distritos de Nacala-Porto (Chipembe, 2007d) e de Tete (Chipembe, 2007c) apresentam um saldo migratório positivo (respectivamente de 5,3% e de 0,6%), os distritos do Chibuto (Chipembe, 2007b) e da Matola (Chipembe, 2007a) registam um saldo migratório negativo (respectivamente de -0,6% e de -0,4%). Relativamente à taxa de fecundidade, os distritos com um carácter mais urbano – como o da Matola (3,4 filhos por mulher) e de Tete (4,9 filhos por mulher) – registam valores mais reduzidos, pelo menos por comparação com os distritos de Chibuto (5,4) e de Nacala-Porto (5,7).

<sup>16</sup> Os camponeses da Zona Verde exploram pequenos talhões agrícolas de 25 por 25 metros, ainda que muitos tenham adquirido outras parcelas, quer na Zona Verde quer noutras localidades dos distritos de Maputo e da Matola. Em média, cada camponês da Zona Verde entrevistado explora uma área de 0,35 ha.

desta actividade económica concorrem para o estabelecimento de estratégias socioprofissionais fora da actividade agrícola. Geograficamente mais próximos de diversas oportunidades formativas (no ensino médio, secundário e até superior) assim como de uma emergente sociedade de consumo, os descendentes dos camponeses desenvolveram expectativas sociais de inserção nos sectores secundário ou terciário da economia ou em actividades socialmente mais prestigiantes. Não obstante as crianças em idade escolar constituírem uma importante fonte de mão-de-obra, particularmente fora dos períodos lectivos, ao longo dos discursos dos camponeses foi perceptível a existência de diversas resistências dos mais novos em colaborar no trabalho agrícola:

– *«Você sabe, esses filhos de agora não é como de há muito tempo, porque naquele tempo os filhos gostavam de andar ao pé do pai para ver o que ele fazia, se era mecânico, ou isso ou aquilo, mas esses de agora dependem dele, não é? Podem dizer que isso da machamba não é nada nem... sim!»* (camponês da Zona Verde, 44 anos).

– *«Costumam ir na escola, quando regressam na escola costuma ir meio dia. Então de manhã costumam ir com ela na machamba. [...] Eles ajudam só que às vezes costumam cansar. Costumam ficar em casa»* (camponesa da Zona Verde, traduzida por um líder comunitário, 45 anos).

– *«Os mais velhos dizem para aqueles que estão no lar irem para a África do Sul, porque lá as pessoas têm [sic] boa vida. Muitos deixam as suas esposas e vão tentar a vida na África do Sul (...) mesmo os mais novos preferem fazer outros trabalhos e não este trabalho sujo»* (camponesa da Zona Verde, 45 anos).

Ainda que as novas gerações não beneficiem das mesmas condições contratuais dos progenitores, na comunidade de Mucotuene (no distrito de Chibuto), a tradição migratória para a África do Sul continua bastante forte. De acordo com os camponeses entrevistados, o facto de muitas unidades mineiras sul-africanas terem encerrado ou reduzido os níveis de contratação de trabalhadores teve impacto nas dinâmicas migratórias das novas gerações moçambicanas. De acordo com os mesmos, e ao contrário de outros tempos em que existiam contratos estáveis que permitiam ao emigrante uma maior segurança profissional (inclusive reformas, indemnizações em caso de acidentes de trabalho ou de rescisão do contrato por iniciativa do empregador), o encerramento de muitas unidades extractivas foi responsável pela diminuição das oportunidades de emprego no país vizinho, assim como do carácter atractivo da opção migratória. Quer nas entrevistas individuais quer nos grupos de discussão, os diversos familiares partilharam diversos percursos de vida menos felizes, relacionados com situações de insegurança como roubos ou ataques xenófobos, com o trespasses de pequenas casas de pasto em virtude do encerramento de grandes estabelecimentos económicos, assim como penosas situações de vida (sobrelotamento de habitações, instabilidade profissional, etc.), que deixam de compensar os benefícios económicos.

Ainda que a taxa migratória masculina seja comparativamente superior, nos últimos anos tem-se assistido à partida de um número crescente de mulheres<sup>17</sup> para a África do Sul, trabalhando como empregadas domésticas, em salões de beleza ou no comércio informal<sup>18</sup>. De acordo com os camponeses entrevistados, estas jovens emigrantes podem fixar residência no país vizinho, formando (uma nova) família na África do Sul, reduzindo desta forma a mão-de-obra familiar disponível na actividade agrícola:

– «*Alguns homens arranjam biscates e acabam trabalhando como sazonais lá na África do Sul, agora as mulheres, quando vão, envolvem-se muito em trabalhos de cabeleireiros, fazem tranças, mesmo de empregadas do lar, casam lá, algumas voltam para nos ajudar, outras não.*»

Contudo, se contribuem para uma certa desagregação da família camponesa, estas estratégias migratórias para a África do Sul concorrem simultaneamente para a sua sobrevivência e reprodução, através da qual a família viabiliza estratégias de reprodução presentes e futuras. A proximidade de grandes centros económicos como a África do Sul abre um conjunto de alternativas frequentemente vistas como complementares à actividade agrícola. As entrevistas a camponesas permitem constatar que as situações de pluriactividade familiar possibilitam uma maior estabilidade económica, a escolarização dos mais novos e o acesso a cuidados de saúde, mas também o funcionamento da actividade agrícola, em termos de acesso a insumos ou a mão-de-obra assalariada para compensar a ausência de familiares (Feijó & Agy, 2015). Saliente-se que o regresso de um trabalhador emigrante representa um momento de ostentação de bens de consumo (vestuário, electrodomésticos, equipamentos multimédia, materiais de construção, entre outras novidades) e de poder económico e, desta forma, de afirmação de poder simbólico na comunidade. A ostentação destes bens de consumo não só reforça a representação social construída sobre a África do Sul enquanto terra das oportunidades<sup>19</sup> como cria uma pressão

<sup>17</sup> Numa análise do processo migratório no distrito de Massinga, na província de Inhambane e ainda que refira ser muito difícil as jovens mulheres migrarem sozinhas para grandes cidades fora da província – como Maputo, Beira ou África do Sul – Farré (2009: 227) revela ser frequente, quando ainda solteiras, migrarem para a cidade de Inhambane, para ajudar em casa de algum parente, ou para trabalhar no serviço doméstico na casa de algum conhecido. Um outro motivo da migração está relacionado com a vontade de continuação dos estudos, objectivo geralmente compatível com o de ajudar em casa de algum parente. O casamento também pode justificar a migração feminina quando os terrenos do marido estão longe do local de origem da esposa ou quando se regista a decisão de migração conjunta para a cidade.

<sup>18</sup> Dentro deste grupo das vendedoras ambulantes, inúmeras mulheres conhecidas por muqueristas atravessam regularmente a fronteira para a África do Sul, onde adquirem produtos que revendem posteriormente em Moçambique, nos mercados informais.

<sup>19</sup> Esta imagem social construída em torno da África do Sul pode ser ilustrada através da expressão xi-changana «*Kula zwananga uya djonis*», que significa literalmente «*crece meu filho para ires para a África do Sul*». Trata-se de uma expressão frequentemente repetida no Sul de Moçambique, ao longo das últimas gerações, pelas mães aos seus filhos, não só em jeito humorista como de desabafo, particularmente nos períodos de maior aperto económico. Ao longo das últimas décadas tem-se vindo a assistir, particularmente nas províncias de Maputo e de Gaza, ao estímulo dos mais novos para crescerem e emigrarem para a África do Sul (país associado à prosperidade), na expectativa de um dia trazerem valores financeiros, melhorando o estatuto socioeconómico na comunidade.

sobre as populações emigrantes para mostrarem na sua terra de origem que foram bem sucedidas na terra do Rand<sup>20</sup>.

Comparativamente com o Sul de Moçambique, entre as comunidades do vale de Nhartanda (em Tete) ou de Namissica (em Nacala-Porto), foi constatada uma menor tendência migratória. Não obstante, em ambas as comunidades foram identificadas diversas situações de ex-camponeses assalariados como guardas ou como estivadores, assim como a abertura de negócios informais na cidade. Ao longo das entrevistas ou dos grupos de discussão, a actividade agrícola foi frequentemente considerada uma opção mais segura e compensatória, o que apareceu justificado por um conjunto de seis factores. Em primeiro lugar, diversos camponeses referiram a não detenção de um documento de identificação, assim como de um valor monetário para a respectiva aquisição, exigida pelas empresas do sector formal da economia aquando do processo de formalização do contrato de trabalho.

Em segundo lugar, a opção de fixação na zona rural foi justificada pela ausência das qualificações profissionais requeridas pelas entidades empregadoras. Particularmente na comunidade de Namissica (distrito de Nacala-Porto), nenhum dos camponeses entrevistados avançou para além da quarta classe, sendo que os mais velhos não chegaram a frequentar o ensino primário. A grande maioria dos entrevistados demonstrou grande dificuldade de expressão na língua portuguesa, o que se reflectiu na relutância relativamente à opção migratória para zonas industriais, não obstante a tão propagada implementação de megaprojectos na região, potencialmente geradores de emprego. Como referia um camponês no distrito de Nacala-Porto (traduzido por um extensionista rural) ao longo de um grupo de discussão: «Está a dizer que não é porque ele não quer trabalhar na cidade, mas para lá é preciso escolaridade e ele não estudou. Agora prefere levar a enxada e trabalhar com a terra.»

Em terceiro lugar, a segurança económica e alimentar proporcionada pela actividade agrícola foi invariavelmente repetida pela maioria dos camponeses de todas as comunidades. O facto de muitos actores terem vindo a acumular um rendimento anual oriundo da actividade agrícola superior ao salário mínimo nacional justifica a aposta nesta actividade e a assumption da mesma como estratégia socioeconómica viável<sup>21</sup>. De facto, uma ideia frequentemente repetida

<sup>20</sup> Em conversas informais com emigrantes moçambicanos na África do Sul ou na Europa foi diversas vezes referido que seria socialmente vergonhoso perante a família regressar a Moçambique sem ostentar uma clara melhoria do nível de vida (quer em termos de poder económico, quer de detenção de um diploma, quer de ostentação de bens de consumo). De facto, é essa a expectativa construída pela família em torno do emigrante. Durante um grupo de discussão realizado com um conjunto de camponesas da comunidade de Coca Missava no distrito de Chibuto, particularmente afectado pela migração masculina, e perante uma pergunta colocada pelo entrevistador acerca da moeda que os maridos traziam da África do Sul (randes ou meticais) foi com orgulhosa entoação, satisfação e riso generalizado, que as camponesas responderam, em unísono: «*Randes!*»

<sup>21</sup> Como demonstrado neste projecto de investigação (Feijó & Agy, 2015), os produtores entrevistados do Vale de Nhartanda (distrito de Tete) ou de Namissica (em Nacala-Porto) obtiveram resultados líquidos anuais médios de 149 915 e 60 415 meticais, respectivamente, unicamente da agricultura. Na linha de Smart e Hanlon (2014: 89) demonstra-se que, em sistema de regadio, com condições de acesso a crédito, a insumos ou aos mercados, a pequena agricultura familiar pode constituir uma actividade rendível, geradora de rendimentos bem superiores ao salário mínimo praticado nos diversos sectores formais da economia, além de garantir a segurança alimentar e de permitir uma flexível gestão do tempo. Próxima dos centros urbanos forma-se assim uma classe média, de acordo com os padrões da International Labour Organization, com níveis de rendimento superiores àquilo que Smart e Hanlon designam «médios agricultores comerciais».

pelos camponeses relacionou-se com a potencialidade da terra enquanto fonte de rendimento, comparativamente com outras actividades da economia:

- *«Já habituei trabalhar aqui na machamba, no emprego nada não vou conseguir. Esperar fim de mês para receber enquanto aqui toda hora eu procuro... porque há... porque não sei se vendo e ao sair à tarde sempre tenho qualquer coisa»* (camponesa de Nhartanda, 64 anos, traduzida por extensionista).
- *«Antes ele fazia comércio de curta escala mas viu que não lhe rendia. Ele levava mandioca fresca para Nacala, levava galinha, peixe por aí e foi ver que não estava a render. Então ele optou por fazer a agricultura. Hortícolas levando por si só mesmo levar para vender, viu que poderia ganhar mais, antes vinha só, comprava e revendia. Agora o processo não é esse, agora é produzir e levar e vender pessoalmente»* (camponês de Namissica, 40 anos, traduzido por extensionista).
- *«A parte dele, ele diz que agricultura é a base do desenvolvimento do País. Ele quer apostar na agricultura e não quer apostar em outra coisa, quer apostar na agricultura porque é esta que traz o desenvolvimento do País»* (camponês de Namissica, idade não apresentada, traduzido por extensionista).

A rendibilidade, a possibilidade de poupança e segurança alimentar, assim como as oportunidades de consumo<sup>22</sup> abertas pela actividade agrícola,<sup>23</sup> foram exemplificadas da seguinte forma por um camponês de Nacala-Porto, com uma longa experiência de assalariamento no sector formal da economia:

- *«Trabalhei na cidade durante 12 anos e não tem coisa que eu possa mostrar e dizer que consegui comprar com o meu trabalho na cidade. Agora comecei a trabalhar aqui e já comprei cama e*

<sup>22</sup> A avaliação da qualidade de um emprego através das oportunidades de consumo por ele proporcionadas por parte de populações rurais moçambicanas constitui algo referenciado por Nielsen (2012: 74). Para jovens nas províncias de Gaza e de Inhambane envolvidos numa obra de construção de uma estrada, só quando os salários recebidos são suficientes para comprar algo com valor duradouro é que o trabalho realizado adquire relevância: «Se o dinheiro fosse suficiente para comprarmos materiais de construção para construirmos as nossas próprias casas, teríamos uma lembrança (...) comprar móveis, comprar uma cama e esse tipo de coisas... Assim, depois de terminado o projecto, podia pensar que «trabalhei para esta empresa e consegui comprar estas coisas...» Um outro trabalhador (Nielsen, 2012: 74) complementava: «Nós temos que continuar a imaginar que vamos conseguir comprar coisas... uma cama, uma bicicleta (...) Mas com um salário assim tão baixo, não temos dinheiro suficiente para a alimentação... Se não há lembranças, não há sonhos.»

<sup>23</sup> Ao longo da pesquisa constatou-se que o consumo doméstico constituiu o segundo destino das receitas obtidas mais vezes mencionado pelos camponeses. Uma parte das receitas reunidas é aplicada na aquisição de bens de primeira necessidade que a comunidade não consegue produzir (sabão, óleo ou açúcar, bem como utensílios de cozinha, entre outros bens), na melhoria das condições de habitação (blocos de cimento ou chapas de zinco), mobílias e electrodomésticos. Da observação do vestuário e da imagem pessoal das camponesas da localidade de Coca Missava no distrito do Chibuto foi possível constatar a familiarização das mesmas com os hábitos de consumo e modas urbanas: diversas camponesas traziam as unhas pintadas, madeixas nos cabelos, gorros e camisolas da popular equipa de futebol Bafana Bafana, etc. No Norte do País, um destino frequentemente atribuído às receitas relaciona-se com a aquisição de meios de transporte, particularmente motorizadas ou bicicletas, melhorando desta forma a mobilidade dos camponeses e permitindo o reconhecimento dos mesmos na comunidade (Feijó & Agy, 2015). Smart & Hanlon (2014: 19) testemunham episódios de alguns agricultores zambezianos que vêm hoje nas suas motorizadas aos centros urbanos da província para fazer compras ou, no final da semana, à discoteca. Segundo os autores, com a actividade agrícola os camponeses ganham mais dinheiro do que os jovens no sector informal da pequena cidade.

*colchão Dodoma. Este ano estou à espera de ter chapa [para realização da cobertura] se Deus nos ajudar, se vai nos dar os produtos estou à espera... É gostoso ter o nosso dinheiro aqui porque o produto que nós produzimos e vendemos aqui, são os produtos que nós podemos levar seis tomates e uma cebola vamos fazer caril, isso significa que estamos a poupar o nosso dinheiro.»*

Em quarto lugar, na comunidade de Namissica, a distância relativamente à cidade, assim como a precariedade dos acessos<sup>24</sup>, a deficiência dos meios de transportes de passageiros (em termos de horário e de capacidade) e os respectivos custos, não deixam de desmotivar a opção pelo assalariamento urbano, não obstante as divulgadas dimensões do investimento directo estrangeiro no corredor de Nacala.

Em quinto lugar, não deixaram de ser apontadas justificações relacionadas com a inflexibilidade das formas de assalariamento urbano assim como aspectos mágico-tradicionais, relacionados com feitiços lançados por colegas ou vizinhos invejosos. Como referia um camponês de Nacala-Porto (traduzido por um extensionista rural) durante um grupo de discussão:

*– «Ele está a dizer que lá onde ele trabalhava só por levar uma enxada ou catana era expulso do serviço, mas trabalhando a terra ninguém vai-te expulsar porque é sua coisa. Trabalhas com vontade e com amor e tudo mais (...) [ele] trabalhou no Conselho Municipal por 12 anos. Trabalhava de 1 a 30 e tinha um salário de 2358 [meticais]. Este salário não lhe rendia porque o que ganhava lá era feitiço que lhe enfetizavam. Era vale que ele pagava e não lhe rendia para a família mas com a ajuda desses projectos ele consegue trabalhar a terra e pagar algumas coisas. O pouco que comercializa depois do rendimento ele consegue guardar 100, 200 ou 300 meticais e aproveita a matape, aproveita muitas vitaminas por aí.»*

A contratualização das relações sociais, imposta por uma entidade empregadora no sector moderno da economia, entra em conflito com expectativas paternalistas<sup>25</sup> da parte dos

<sup>24</sup> Contrariamente às comunidades da Zona Verde (na Matola) ou de Nhartanda (em Tete), a comunidade de Namissica não está inserida na cintura urbana da cidade. Localizada a cerca de 15 km do centro da cidade de Nacala-Porto, os camponeses de Namissica enfrentam dificuldades de acesso à cidade. Os próprios distribuidores que se dirigem à comunidade para aquisição dos produtos agrícolas estão dependentes, nos períodos chuvosos, de veículos com tracção às quatro rodas, o que se reflecte na capacidade de negociação dos camponeses relativamente ao preço final dos produtos hortícolas.

<sup>25</sup> Hernandez (1998; 2000) recorre ao conceito de paternalismo para caracterizar o modelo de gestão de recursos humanos que emana de contextos económicos informais africanos, ainda que não se resume aos mesmos. O termo «paternalismo» é utilizado como metáfora para compreender as relações entre empregadores e empregados como se de relações entre pais e filhos se tratassem. O conceito procura demonstrar a transformação das relações de autoridade e de exploração, orientadas sob o imperativo do regulamento e do lucro, em relações éticas e afectivas, em que predomina o sentimento de dever para com um protector. Em análises anteriores (Feijó, 2010) demonstrou-se a existência de expectativas predominantemente paternalistas (da parte do filho) em relação à empresa, por parte dos trabalhadores menos escolarizados. Do empregador espera-se que seja um pai benfeitor e redistribuidor, de quem se procura a solução para as inúmeras dificuldades do quotidiano. Comparativamente com o Estado, da empresa (sobretudo quando de capital europeu ou americano) espera-se uma maior protecção social, pelo que nela se depositam fortes expectativas. Num sistema marcado pela debilidade ou ausência do Estado-Providência, a empresa emerge como um espaço protector dos cidadãos, capaz de proporcionar o mínimo de segurança e de compensar um contexto socialmente precário.

camponeses. Na linha da análise de Abudu (1986: 34), sobre o processo de assalariamento das populações rurais ao longo do período colonial, poder-se-ia explicar esta relutância pelo assalariamento urbano, pela capacidade camponesa de subsistência alimentar, pela segurança proporcionada pelo grupo doméstico e conseqüente receio de ruptura dos laços familiares, bem como pelo receio da doença, da morte e de outros infortúnios nas zonas urbanas. Finalmente, na compreensão desta reduzida tendência de êxodo rural – pelo menos por comparação com populações analisadas a sul do Save –, importa considerar a distância relativamente à África do Sul (uma economia com maior capacidade de geração de emprego a nível regional), assim como a incapacidade de os projectos locais gerarem emprego suficiente para uma crescente população<sup>26</sup>.

### (RE)ORGANIZAÇÃO DAS TAREFAS AGRÍCOLAS E RELAÇÕES DE PODER

A maior tradição migratória identificada no Sul do País não deixa de ter conseqüências a nível da organização familiar, das relações de trabalho e dos processos de tomada de decisão. Implicando uma longa ausência do núcleo de residência familiar (no caso de empregos formais frequentemente com a duração de onze meses, entre períodos de regresso para férias), a migração masculina tem gerado uma tendência de reprodução do sistema de divisão sexual do trabalho, característico das populações do Sul de Moçambique<sup>27</sup>. Ao longo da presença no terreno, constatou-se que as migrações da população masculina, quer para a África do Sul quer para os centros urbanos, têm um impacto a nível das relações de trabalho nos contextos rurais analisados a sul do rio Save. De facto, por comparação com as comunidades analisadas no Norte de Moçambique, na Zona Verde da Matola e, sobretudo, nas comunidades do distrito de Chibuto, assistiu-se a uma forte presença de mulheres trabalhando na agricultura. Durante uma visita a uma comunidade de camponeses em Coca Missava (distrito de Chibuto), foi possível observar que a esmagadora maioria dos camponeses era do sexo feminino. Num grupo de 30 camponeses(as) que participaram no grupo

<sup>26</sup> Quanto a este aspecto seria importante referir o exemplo do corredor de desenvolvimento de Nacala-Porto. Os montantes do investimento directo registado nesta cidade e a abertura de inúmeras unidades económicas no sector privado da economia são acompanhados pela concentração de centenas de jovens, formalmente desempregados, em busca de pequenas oportunidades pontuais, lícitas (carregamento ou descarregamento de mercadorias, venda de crédito de telemóvel, de bens alimentares, de mercearia, entre outros produtos) ou ilícitas, quer na parte baixa quer na parte alta da cidade de Nacala-Porto.

<sup>27</sup> No seu trabalho etnográfico no distrito de Massinga (província de Inhambane), no Sul de Moçambique, Farré (2009: 227-234) mostra que todo o ciclo da produção agrícola, desde semear até guardar a colheita no celeiro, é da responsabilidade das mulheres, que também são responsáveis pela confecção de alimentos. Toda a alimentação diária da população rural depende, assim, do trabalho das mulheres. O autor explica que as jovens solteiras que não tiveram a possibilidade de assalariamento em contextos urbanos, que representam a maioria, tendem a permanecer na casa paterna, até ao casamento, colaborando nas tarefas agrícolas e domésticas. Contudo, é comum que a mulher resida numa casa, no quintal da família do pretendente sem se casar oficialmente, sobretudo se ele tiver um emprego diferente do trabalho agrícola, ou se estiver envolvida num projecto migratório. Nos dois casos considera-se que se trata de uma trajetória de mobilidade social ascendente, com potencial para a união ser aceite. Farré constata que é frequente um homem emigrar pela primeira vez, deixando a mulher a viver na sua casa, construída com materiais locais. A expectativa comum do futuro casal é que o homem regressasse para oficializar o casamento e construir uma casa com materiais convencionais.



de discussão estavam incluídos apenas quatro homens, que, sentados à margem do grupo, pouco intervieram durante o exercício.

Entre os camponeses do Sul de Moçambique constatou-se igualmente uma maior incidência de agregados familiares chefiados por mulheres viúvas<sup>28</sup>, na maioria dos casos de ex-mineiros que sucumbiram na África do Sul ou já em Moçambique, com igual impacto a nível das tarefas profissionais. De facto, nesta comunidade camponesa constatou-se uma existência quase exclusiva de mulheres entre a força de trabalho, frequentemente acompanhadas pelos respectivos filhos, normalmente do sexo feminino. As mulheres assumem diversas tarefas tradicionalmente masculinas, como o destroncamento, a sacha, a manutenção das habitações ou, inclusivamente, o pagamento de determinadas despesas do agregado familiar. Nas situações em que na família existe uma trajectória migratória e compensando a partida de membros masculinos da família, constataram-se diversas situações de contratação de trabalhadores assalariados. Nestes casos, as tarefas referidas são frequentemente realizadas, total ou parcialmente, por indivíduos locais contratados para o efeito.

Entre os camponeses da Zona Verde, foi também significativo o número de membros masculinos do agregado que realizam as suas actividades económicas fora do contexto agrícola (quer devido à migração para a África do Sul quer por trabalharem noutra sector profissional, na Matola ou em Maputo), assim como uma elevada tendência de contratação de trabalhadores assalariados (ver Quadro 3).

Contrariamente às comunidades analisadas no Sul do País, em Nacala-Porto a presença de membros masculinos na machamba é comparativamente maior. Como confirmaram os extensionistas locais e ainda que tenha sido constatada a presença de mulheres nas machambas (e inclusive de crianças, ao fim-de-semana, mas também durante o horário escolar), esse apoio é mais notório

<sup>28</sup> Como explicam Mather *et al.* (2004: 37-38), a mortalidade de membros adultos de um agregado familiar rural implica normalmente um conjunto de efeitos nefastos na economia familiar, nomeadamente a redução da área cultivada, a maior recorrência às crianças como mão-de-obra em culturas de rendimento, a respectiva substituição por culturas que impliquem menos trabalho intensivo (tais como mandioca e batata-doce), a redução da força de trabalho para sacha, contribuindo para a diminuição da produção e do valor do rendimento, assim como a diminuição do investimento em insumos, em virtude dos gastos nas despesas de saúde ou funerais bem como da perda do respectivo rendimento salarial. Contudo, os actores consideram que estes efeitos variam consideravelmente em função das características do agregado familiar, assim como do tipo de rendimentos e bens anteriormente disponíveis, encontrando-se um heterogéneo conjunto de estratégias de resposta. De facto, o relatório constata que, aquando da morte de um homem, os efeitos fazem-se sentir, sobretudo, a nível da redução da área cultivada (52,2% aquando da morte de um homem adulto, contra 37,8% quando se trata de uma mulher adulta), do aumento do uso de crianças para actividades de rendimento (6,0% contra 2,3%), da redução do tempo alocado à sacha (25% contra 20,1%) ou redução da qualidade da dieta alimentar (18,4% contra 10,5%). No caso da morte de membros femininos da família, os efeitos sentem-se, sobretudo, a nível dos gastos das poupanças familiares (15% no caso da morte de uma mulher contra 8,1% no caso da morte de um homem) ou envio de crianças para viver com outros parentes (11% contra 3,9%). Os resultados constata também que o tipo de estratégia adoptada pelas famílias varia consideravelmente em função da região. No Norte do País, constatou-se uma tendência de os agregados familiares afectados reduzirem a área cultivada, assim como a força de trabalho empregue na sacha. Comparativamente com o Sul do País (onde os rendimentos tendem a ser mais diversificados, quer com origem em sectores não agrícolas quer na pecuária), na Região Centro a morte de um membro masculino adulto tem maior impacto a nível do trabalho da sacha (Mather *et al.*, 2004: 43).

nos períodos de maior necessidade<sup>29</sup>. Ainda que refiram frequentemente o apoio do cônjuge, alguns camponeses entrevistados revelaram preferir que as suas esposas ficassem mais perto de casa, tomando conta dos filhos, realizando as refeições ou tratando da machamba local, onde produzem, sobretudo, mandioca para consumo. Ao homem cabe, sobretudo, a tarefa de geração de culturas de rendimento para sustento da família, demonstrando simbolicamente a respectiva masculinidade. Como explicava um camponês de Namissica de 46 anos, «a minha esposa não vem diariamente ajudar aqui, porque temos outras machambas que precisam de assistência, então nós fazemos uma divisão, ela fica a cuidar da casa, das crianças e também da machamba de mandioca e amendoim, e eu vou à machamba de hortícola».

Outra consequência social da migração masculina prende-se com o aumento da autonomia das mulheres. Assumindo a chefia do agregado familiar e libertas de constrangimentos resultantes da proximidade do marido, muitas camponesas entrevistadas enriqueceram a sua vida associativa e criaram pequenos negócios<sup>30</sup>, compensando ou complementando os meses de interrupção do envio das remessas familiares, oriundas da África do Sul ou da cidade. Não obstante diversos maridos não verem com agrado a empregabilidade da esposa ou o envolvimento da mesma em actividades comerciais – o que segundo os mesmos seria entendido como uma incapacidade de prover o sustento da mesma e, portanto, um questionamento da respectiva masculinidade –, a realidade é que diversas mulheres multiplicam as suas estratégias profissionais para geração de um rendimento extra: da colocação de uma banca à porta de casa à venda de roupa das

<sup>29</sup> No primeiro dia em que os investigadores chegaram à comunidade de Namissica, constatou-se a presença de cerca de 30 camponeses (a esmagadora maioria do sexo masculino), com quem se realizou um grupo focal assim como diversas entrevistas individuais. Ao princípio da tarde, após o término do exercício, foram oferecidas aos participantes camisetas do Observatório do Meio Rural informando-se de que, no dia seguinte, se iriam entrevistar outros camponeses do outro lado da represa. Nessa segunda comunidade constatou-se a presença de uma quantidade muito superior de camponeses, com destaque para o maior número de mulheres (algumas trazendo crianças de tenra idade), a maioria permanecendo sentada. De acordo com os extensionistas, no final do dia anterior havia sido divulgada pela comunidade a presença de investigadores oferecendo camisetas, pelo que a presença dos mesmos era aguardada. O facto de toda aquela comunidade ter permanecido ao longo de toda a manhã sentada no mesmo local reforçou a ideia de que a presença dos investigadores era esperada, tendo atraído um maior número de camponeses (particularmente as respectivas esposas), na expectativa de obtenção de um bem material. A realidade é que nos dias seguintes (com a consciencialização da inexistência de mais camisetas) se assistiu a uma redução do número de camponesas nas áreas de produção.

<sup>30</sup> Se é verdade que a presença das mulheres no pequeno comércio ou comércio a média e longa distância possa recuar, por vezes, até à época pré-colonial, esta situação constitui em grande parte uma resposta às dificuldades económicas. As políticas neoliberais introduzidas através do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em meados da década de 1980 e os seus efeitos sobre a diminuição de empregos assalariados ou sobre a carestia de vida tiveram impactos nas condições socioeconómicas dos cidadãos, nas suas práticas quotidianas, bem como nos sistemas de valores e representações. Estas alterações conduziram, no geral, à pluriactividade dos membros das unidades familiares, mas com impactos diferenciados para mulheres e homens, de acordo com a sua posição económica, estatuto e idade (Loforte 2000: 137-138). Como explica Piepoli (2008), a crise alimentar vivida contribuiu para que muitas mulheres tomassem a decisão de procurar, por si próprias, uma solução para os problemas económicos das suas famílias. Numa primeira fase, foi precisamente no sector alimentar que, fazendo uso de um conjunto de competências nesse domínio, as mulheres apostaram na preparação de alimentos cozinhados para vender. Apesar de todos os esforços da Frelimo para promover a emancipação da mulher, «no campo das relações e lugares sociais de homens e mulheres pouco tinha mudado» (Piepoli, 2008: 261), pelo que os primeiros esforços das mulheres foram realizados de uma forma muito discreta, escondendo o papel de negociantes por detrás da imagem de dona de casa. Numa segunda fase, as mulheres começaram a ponderar a possibilidade de se especializarem no tráfico de produtos agrícolas, que seriam fornecidos às mulheres cozinheiras. Como explica a autora, é neste contexto que nos inícios da década de 1980 aumentou substancialmente o número de *dumbanengues* (mercados informais insalubres) em Maputo.

calamidades, do arrendamento de uma dependência a práticas de poupança informal são inúmeras as estratégias de acumulação e poupança praticadas por diversas mulheres da Zona Verde, viúvas ou com maridos na África do Sul. Como ilustrava uma camponesa de 35 anos:

*«Meu marido manda dinheiro para os trabalhos da machamba, e eu às vezes costumo aproveitar esse mesmo dinheiro para fazer meus trabalhos em casa. Tenho uma banca onde vendo produtos que não são da machamba, coisas de criança, pipocas doces. Às vezes, costumo comprar coisas no mercado grossista para vir vender aqui.»*

Já na localidade de Mucotuene (no distrito de Chibuto), onde as oportunidades económicas são comparativamente menores relativamente à capital, muitas entrevistadas aproximaram-se da organização não governamental Auxílio Mundial, como voluntárias em campanhas de sensibilização sobre saúde pública ou de acompanhamento de tuberculosos. Em troca dessa experiência, as mulheres receberam bens essenciais como sabão ou alimentos. Esta actividade realizada fora do leito familiar careceria, em condições «tradiccionais», da autorização dos respectivos cônjuges, nem sempre totalmente receptivos a aceitar o envolvimento da esposa na esfera pública<sup>31</sup>. Além da aquisição de recursos materiais (terra ou capital), a participação das mulheres na vida associativa permite-lhes aceder a recursos sociopolíticos (através do estabelecimento de ligações horizontais e verticais) e, por essa via, aos mecanismos que lhes asseguram a continuidade de acesso a recursos materiais. Estas experiências associativas são geradoras de novas representações sociais sobre o papel das mulheres, desta vez como produtoras de riqueza, num processo de dinâmicas transformações, que não deixam de ser geradoras de novas tensões e conflitos nas comunidades<sup>32</sup>.

A emigração masculina tem também um claro impacto a nível do processo de tomada de decisão. Questionados acerca de quem é que, no agregado familiar, costuma tomar as decisões acerca do destino dos rendimentos acumulados pela família, os(as) camponeses(as) entrevistados(as) forneceram respostas diversas. Como ilustra o Quadro 2, nos contextos mais marcados pela emigração masculina (particularmente na Zona Verde e em Mucotuene), os actores revelaram a existência de um papel mais activo das mulheres no processo de tomada de decisão.

<sup>31</sup> De diversas conversas informais com o extensionista local foi possível constatar que o estado civil de viuvez constituía, inclusivamente, um dos critérios de selecção por parte da ONG Auxílio Mundial, essencialmente por dois motivos: por um lado, porque constituíam à partida elementos mais necessitados na comunidade e, por outro, por não terem marido não estavam tão sujeitas à respectiva autorização para participação no projecto e envolvimento em actividades na comunidade. O projecto previa que cada voluntário identificasse pessoas na vizinhança que estivessem tuberculosas ou seropositivas, percorrendo as diversas casas para diagnóstico, sensibilização da família e encaminhamento do doente para o hospital. As voluntárias eram pagas em alimentos e sabão.

<sup>32</sup> Como testemunhou o extensionista rural afecto à ONG Auxílio Mundial que exerce a sua actividade no distrito do Chibuto, o primeiro presidente da associação de camponeses era também o secretário de bairro na comunidade, pelo que o não cumprimento de uma instrução do presidente na associação gerava um conflito que era depois transferido para a comunidade.

**QUADRO 2: RESPONSABILIDADE PELA TOMADA DE DECISÃO SOBRE A APLICAÇÃO DOS RENDIMENTOS FAMILIARES**

	Zona Verde (Matola)	Mucotuene (Chibuto)	Nhartanda (Tete)	Namissica (Nacala-Porto)
Marido	25,0%	0,0%	20,0%	87,5%
Marido após consultar esposa	25,00%	0,0%	33,3%	12,5%
Esposa	33,3%	60%	40,0%	0,0%
Esposa após consultar marido	16,7%	40,0%	6,7%	0,0%

Com forte presença de mulheres viúvas ou de maridos emigrantes, a economia familiar da comunidade de Mucotuene (no Chibuto) é em grande parte dirigida por elas, que decidem sozinhas (60%) ou após consulta dos maridos (40%) o destino a conferir aos rendimentos familiares. Nestes contextos, as mulheres desenvolvem um papel preponderante a nível da condução e comando das dinâmicas económicas familiares. Mesmo nas situações em que o marido é envolvido nestes processos, fá-lo frequentemente após consulta da esposa:

– «*Eu não tenho a quem consultar, aquele valor que consigo aqui na machamba, costumo gerir à minha maneira*» (camponesa de Mucotuene de 50 anos).

– «*(...) sou eu quem decide, mas antes entramos em consenso. (...) Muitas vezes eu planifico e ela decide, porque nem tudo que nós decidimos é certo, e é bom que haja união dentro da casa para as coisas poderem andar bem*» (camponês da Zona Verde da Matola, de 41 anos).

Com menor tradição migratória, nas comunidades analisadas no Centro e Norte de Moçambique, o papel dos homens tende a ser mais preponderante. Em Namissica, onde os homens detêm um papel bem mais activo na actividade agrícola, o processo de tomada de decisão tende a ser da responsabilidade do marido (87,5%), por vezes após consulta da respectiva esposa (12,5%).

Na localidade de Namissica, em Nacala-Porto, onde a população de camponeses entrevistados é maioritariamente composta por homens, a expectativa dominante construída pelos entrevistados relativamente às mulheres relaciona-se, sobretudo, com o seu papel doméstico, esperando-se que fiquem encarregadas de tomar conta da casa, dos filhos e da machamba próxima. Adquirindo menor envolvimento em actividades agrícolas de rendimento, torna-se compreensível que o processo de tomada de decisão tenha sido declarado como responsabilidade maioritariamente masculina. Como referia um camponês de 45 anos de Namissica: «Eu é que sou o homem lá em casa, eu é que tomo a decisão das coisas (...); às vezes consulto a ela, mas no fim eu é que decido.» O facto de os camponeses de Namissica (no distrito de Nacala-Porto) adoptarem um papel mais proeminente na gestão das actividades agrícolas e, conseqüentemente, das respectivas receitas não significa que as camponesas da mesma província não detenham também outras fontes de rendimento e, por inerência, algum poder de decisão no agregado familiar. A partir de entrevistas realizadas na província de Nampula,

Casimiro (2008: 15-18) identificou inúmeras fontes de rendimento feminino, relacionadas com actividades desenvolvidas no âmbito da medicina tradicional ou aconselhamento e coordenação de ritos de iniciação femininos; com a participação em grupos culturais; em machambas associativas ou em projectos de fomento de cabrito ou de pulverização dos cajueiros; na criação e venda de galinhas; pesca, compra e revenda de peixe; no fabrico e venda de bebidas, bolos e biscoitos; no corte e venda de bambu e de palha; confecção de esteiras; trabalho temporário na reparação das estradas; barbearia, serralharia, carpintaria ou em grupos de poupança e empréstimo de valores monetários. Como explica a autora, através destas actividades geradoras de rendimento e das redes sociais construídas fora do agregado familiar, as mulheres adquirem uma maior possibilidade de negociação, contribuindo para a sua autonomia e para a sua valorização individual e social. Nas instâncias de decisão locais as mulheres adquirem um protagonismo que não obteriam, na maior parte das vezes, com o trabalho doméstico. Trata-se, contudo, de relações estabelecidas sobre estruturas assimétricas de poder<sup>33</sup>, que não deixam de ser fonte de desavença no seio do agregado familiar.

## FORMAS DE INTEGRAÇÃO NO MERCADO

Uma das questões que se têm levantado em torno do impacto do investimento nos diversos corredores de desenvolvimento relaciona-se com os benefícios que pode gerar junto dos empresários nacionais. É neste sentido que se torna relevante analisar os efeitos do forte investimento económico, particularmente em áreas de concentração de megaprojectos, sobre o processo de integração no mercado dos pequenos e médios camponeses, nos arredores de grandes cidades.

Neste âmbito, foram consideradas três dimensões de integração e acesso aos mercados, nomeadamente os sistemas de recrutamento e selecção de mão-de-obra (nas redes familiares e de vizinhança ou no mercado através do assalariamento), nas formas de acesso ao capital (junto das redes informais ou através do acesso à banca), assim como de acesso aos mercados (com base na informação revelada sobre os mesmos, condições de transporte e acesso, assim como distância relativamente aos mercados). Os resultados aparecem sintetizados no Quadro 3.

<sup>33</sup> Como mostra Casimiro (1999: 1-2), esta participação das mulheres nos processos de tomada de decisão, nos órgãos de poder local ou em projectos geradores de rendimentos, está condicionada pelo tipo de ajuda de que dispõem por parte da família alargada ou de amigas, do estado civil e do tipo de casamento, do ciclo da sua vida, do seu estatuto e posição social, da vida em meio urbano ou rural, da crença religiosa professada pelo grupo familiar, da sua educação, das suas vivências ou das experiências históricas da sua região.

**QUADRO 3: INTEGRAÇÃO E ACESSO AOS MERCADOS**

	Zona Verde (Matola)	Mucotuene (Chibuto)	Nhartanda (Tete)	Namissica (Nacala)	Valor médio
<b>1. Contratação de mão-de-obra assalariada</b>	53,80%	63,60%	68,80%	33,30%	60,00%
<b>2. Acesso a crédito bancário</b>	30,80%	9,10%	25,00%	0,00%	16,40%
<b>3. ACESSO AO MERCADO</b>					
3.1. Informação sobre os mercados					
a) conhece os preços de mercado	100%	91%	100%	27%	78,2%
b) revela conhecimentos e contactos comerciais	85%	0%	44%	13%	36,4%
c) Sabe como aceder a insumos	100%	100%	100%	100%	100,0%
d) Compra insumos para revenda	0%	0%	13%	0%	3,6%
e) Conjuga o período de crescimento do produto e o seu preço no mercado	92%	100%	56%	7%	60,0%
f) Teve formação de extensionistas sobre os mercados	0%	100%	0%	100%	47,3%
3.2. Condições de transporte e acesso					
a) Estrada principal alcatroada e reparada a menos de 5 km	Sim	Sim	Sim	Não	
b) Existência de serviço de transportes semiolectivos de passageiros até ao local	Sim	Não	Sim	Não	
c) Acessibilidade de carrinhas de caixa aberta até ao local de produção durante 12 meses por ano	Sim	Sim	Sim	Não	
3.3. MENOS DE UMA HORA DE DISTÂNCIA DE UMA CIDADE COM MAIS DE 75 000 HABITANTES	Sim	Sim	Sim	Sim	

## SISTEMAS DE RECRUTAMENTO DE MÃO-DE-OBRA

Uma primeira dimensão de análise do processo de integração nos mercados prende-se com os sistemas de recrutamento de mão-de-obra. Assume-se que a contratação de trabalhadores assalariados (em complemento ou não de trabalhadores familiares) constitui um factor de integração no mercado, pelo que se procurou analisar a percentagem de camponeses que recrutam trabalhadores assalariados, quer de forma permanente quer pontual, para realização de trabalhos agrícolas.

Próximos de mercados em expansão, envolvidos em agricultura de regadio e com uma considerável capacidade de produção, 60% dos camponeses entrevistados referiram que, em algum momento, recorreram a trabalhadores assalariados para a concretização de pequenos trabalhos agrícolas. As actividades consistiam, maioritariamente, em tarefas de destroncamento, realização de canteiros, actividades de rega ou de colheita de produtos. Esta tendência foi mais vincada nas áreas agrícolas inseridas na cintura dos grandes centros urbanos (nomeadamente nas zonas verdes da Matola e de Tete) ou mais expostas ao fenómeno migratório (como é o distrito do Chibuto). No vale de Nhartanda (no distrito de Tete), 68,8% dos entrevistados referiram recorrer à contratação de mão-de-obra assalariada, para complementar a ajuda dos membros da família, de que raramente se prescinde por completo. A integração destes familiares nas inúmeras dinâmicas urbanas<sup>34</sup>, o relativo poder económico dos camponeses (com rendimentos líquidos médios anuais de 149 915 meticais por família) e a existência de uma ampla mão-de-obra disponível oriunda das zonas rurais da província de Tete concorrem para a contratação mais ou menos pontual de trabalhadores assalariados. Durante as

<sup>34</sup> Em conversas informais com os camponeses do Vale de Nhartanda, foi possível constatar que muitos têm filhos a estudar no ensino secundário e até no ensino superior, pelo que estão claramente envolvidos em trajectórias familiares ascendentes. De acordo com os mesmos, a expectativa familiar é de que os descendentes construam projectos profissionais no sector terciário da economia (quer no privado quer na função pública), mantendo, no entanto, o negócio agrícola familiar, com o apoio de trabalhadores assalariados.

sementeiras, e pela realização de um *majolidjo*<sup>35</sup> como um canteiro de três metros de largura por 30 metros de comprimento, aos trabalhadores rurais é pago um valor variável entre os 100 e os 200 meticais. Para os casos em que o trabalhador se encontra a tempo inteiro, o salário pode oscilar entre os 1000 e os 1500 meticais mensais.

Da mesma forma, no Sul de Moçambique constatou-se uma forte integração dos camponeses no mercado de emprego, sendo mais frequentes as situações de contratação de mão-de-obra ocasional – vulgo «ganho-ganho» – para a realização de trabalhos específicos (apoio na preparação da terra e realização de canteiros, rega, abertura de valas ou diversos trabalhos mais pesados). Mais integrados nos mercados, alguns camponeses chegaram a recorrer ao crédito bancário para concretizar o pagamento de trabalhadores<sup>36</sup>. Este recrutamento de mão-de-obra assalariada foi justificável por vários aspectos. Por um lado, o facto de o agregado familiar na Matola ser consideravelmente mais reduzido (pelo menos por comparação com as comunidades do Centro e Norte do País) limita a mão-de-obra disponível para a machamba, forçando os camponeses mais velhos à contratação de pessoal assalariado, com maior incidência em determinadas épocas do ano. Em segundo lugar, a inserção nos grandes centros urbanos e a proximidade relativamente às respectivas oportunidades educativas, assim como a menor dimensão dos agregados familiares, concorrem para o desenvolvimento de estratégias familiares de investimento no capital escolar dos mais novos, que constroem por sua vez expectativas profissionais no sector terciário da economia (serviços de mecânica, no comércio, na função pública ou num escritório, entre outros). O estigma do trabalho agrícola (trabalho árduo e sujo<sup>37</sup>) foi frequentemente referido pelos entrevistados dos grandes centros urbanos (não só na Matola, mas também em Tete), para quem os jovens, mais integrados nas dinâmicas de uma sociedade de consumo emergente, se interessam cada vez menos pelas tarefas agrícolas. Em terceiro lugar, a integração sociogeográfica na capital do País (com todas as suas potencialidades nos sectores formais e informais da economia), assim

<sup>35</sup> O *majolidjo* (como apareceu designado na província de Tete) ou o «ganho-ganho» (termo usado em Maputo) constitui a realização de uma tarefa pontual, limitada no tempo e relacionada com a concretização de pequenos serviços. Este tipo de biscates constitui uma prática muito comum, não só em Moçambique mas também noutros países da região (Whiteside, 2001), não só no sector agrícola, mas também noutras actividades económicas (Feijó, 2011). A realização de pequenas tarefas para o vizinho, na machamba ou no domicílio do empregador constituem as formas mais frequentes de actividades de «ganho-ganho» registadas, sendo que a prestação destes trabalhos constitui frequentemente o último recurso para os trabalhadores migrantes mais pobres, oriundos das zonas rurais com destino às zonas verdes dos grandes centros urbanos (Pfeiffer 2002: 106). Trata-se de uma actividade economicamente mal paga e socialmente desvalorizada, que aparece frequentemente mencionada como um último recurso no seio das comunidades mais carenciadas.

<sup>36</sup> Além do pagamento de trabalhadores, a recorrência a crédito bancário foi também justificável para aquisição de insumos e outras despesas agrícolas. Como referia uma camponesa da Zona Verde de 48 anos, «(...) fomos pedir emprestado esse dinheiro porque houve cheia e aquele dinheiro pedi emprestado para ajudar a sacha a machamba porque tinha ficado mato só. Utilizei para cultivar, semear na machamba e outras coisas, foi mais para isso» (camponesa da Zona Verde, 50 anos). Outra camponesa, de 48 anos, explicava que adquiriu um empréstimo «para me ajudarem, porque como tenho muita machamba que não é minha, tenho trabalhador, tenho de pagar trabalhador, tenho de pagar aquela machamba. Eu pedi o empréstimo do dinheiro do banco» (camponesa da Zona Verde, 48 anos).

<sup>37</sup> Como referia uma camponesa da Zona Verde, de 50 anos: «Para me ajudar, naquele tempo que ainda eram pequeninos estavam a me ajudar, mas quando já cresceram, já viram que, acho que aquilo ali, faz gastar o corpo deles, já vão fazer coisas deles.» Trata-se de uma atitude totalmente oposta à dos camponeses do Norte do País, bem menos expostos a uma sociedade de consumo, cujos filhos «gostam [da machamba] porque é de costume. Desde crianças que vêm aqui».

como a proximidade da ainda atractiva África do Sul, são catalisadores dos filhos dos pequenos camponeses para outros projectos profissionais. Por fim, alegando que os familiares não realizam as tarefas com tanto zelo e respeito hierárquico, assim como a transferência de conflitos laborais para contextos comunitários, a maioria dos entrevistados da Zona Verde da Matola referiram preferir a contratação de trabalhadores no mercado ao invés de nas redes de vizinhança. Os seguintes comentários são disso ilustrativos:

- *«A pessoa que não é família, você consegue dizer isso não é bom, agora uma família já é difícil dizer que isso não é bom. Já começa a dizer que está a ser maltratado, enquanto alguém de fora pode ter medo de perder o pão, enquanto família não»* (camponesa da Zona Verde, 52 anos).
- *«Ah, nós negros temos problema. Tem problema porque sabe que se você trabalhar com um da família começa a ver problema ali no meio do trabalho. Começa a ver problema. Porque se for um sobrinho, começa a vir trabalhar, dizer que isso aqui é da titia. E ele quando está ali esquece que está a trabalhar porque isto aqui é da titia. Estou a ver que é melhor trabalhar com as pessoas de fora. Se uma pessoa da família precisar da machamba, eu procuro machamba para ele, mas trabalhar com ele estou a ver que não dá (...) a maneira dele de trabalhar, não é como aquele que não é da família. Ele está ali e pronto, está sempre a conversar»* (camponesa da Zona Verde, 48 anos).
- *«Família, por exemplo, se eu vou levar filho do meu irmão lá ou filha da minha irmã, a própria tia vai dizer que você vai enriquecer através do filho dele. Mais vale pessoas de fora»* (camponês da Zona Verde, 40 anos).

Sob os efeitos da emigração e pertencentes maioritariamente a famílias monoparentais, 63,3% dos entrevistados no distrito do Chibuto revelaram ter recorrido à contratação de mão-de-obra assalariada, de forma mais ou menos pontual, ao longo do último ano, com vista a compensar a indisponibilidade dos membros masculinos da família. O pagamento a trabalhadores locais para a concretização de pequenos trabalhos agrícolas é normalmente assegurado pelas remessas oriundas da África do Sul ou de receitas provenientes da criação de gado.

A tendência de contratualização de mão-de-obra não deixa de assumir características informais. Nas comunidades de camponeses da Zona Verde (na Matola) ou de Mucotuene (no Chibuto), diversas dificuldades de pagamento foram compensadas através de práticas de trocas de favores ou de pagamentos em espécie, nomeadamente de bens alimentares. Por outro lado, a contratação da força de trabalho para complementar a mão-de-obra familiar entre os produtores familiares analisados não diminui a importância do trabalho familiar. Não obstante a existência de trabalhadores contratados em 60% das situações analisadas, a realidade é que ao longo da observação no terreno foi possível constatar inúmeras situações de familiares – esposas, filhos(as), sobrinhos(as) ou cunhadas – a colaborar na realização de canteiros, na sementeira, rega ou colheita. De facto, o processo de acumulação está fortemente relacionado



com o tipo de organização do trabalho, em que os membros da família utilizam em conjunto os meios de produção do grupo para o cultivo de áreas familiarmente constituídas.

A comunidade de Namissica (em Nacala-Porto) constitui aquela que menos recorre à contratação de trabalhadores (apenas um terço dos trabalhadores entrevistados revelou ter recorrido a mão-de-obra assalariada), assentando, sobretudo, nos membros da família. A maioria dos camponeses entrevistados referiu não ter condições financeiras para contratar trabalhadores rurais, recorrendo por isso ao apoio de cônjuges e filhos, em função das necessidades. Ainda que os pais digam que o recurso aos filhos para apoio na actividade agrícola ocorre sobretudo fora do horário escolar, continuam a observar-se diversas crianças (inclusivamente os filhos do chefe comunitário) envolvidas em actividades de rega, durante o período lectivo. Como já explicava Chainov (1985), a família constitui o fundamento da empresa camponesa, na sua condição económica sem assalariamento. Não obstante as situações de assalariamento registadas, a família representa a principal reserva de trabalho, tratando-se de um elemento de produção cujo objectivo mais não é do que garantir a sua própria existência.

## RELACIONAMENTO COM OS MERCADOS DE VENDA DE PRODUTOS

Uma segunda dimensão de integração dos camponeses no mercado relacionou-se com o acesso aos mesmos, o que se entende em termos de informação sobre os mercados e competências comerciais, condições das vias de transporte e tempo de duração das viagens. Por informação sobre os mercados entendem-se os conhecimentos e habilidades demonstradas que têm que ver com a comercialização dos produtos e colocação dos mesmos nos mercados. Trata-se de conhecimentos sobre os preços de mercado e respectivas oscilações, contactos comerciais com intermediários e armazenistas para venda dos produtos, conhecimentos sobre como adquirir insumos ou práticas de aquisição dos mesmos para revenda na comunidade, capacidades de conjugação do período de crescimento dos produtos com os respectivos preços nos mercados, assim como de acesso a apoio e formação de extensionistas sobre as dinâmicas dos mercados. O Quadro 3 permite-nos concluir que as comunidades mais próximas dos grandes centros urbanos – tais como Tete e Matola – constituem precisamente aquelas que demonstram melhores condições de acesso aos mercados, nomeadamente em termos de proximidade de estradas principais, benefício de um serviço regular de transporte de passageiros ou condições de acessibilidade de carrinhas de caixa aberta durante todos os meses do ano. Trata-se, precisamente, das comunidades com mais anos de experiência agrícola, que melhor revelam conhecimento sobre os preços dos mercados, que detêm mais contactos comerciais e que demonstram melhor capacidade de conjugação do período de crescimento dos produtos com os preços de mercado. Quer na Matola quer no Vale de Nhartanda, a experiência dos camponeses permite-lhes identificar as culturas de rendimento cujos preços de mercado são mais atractivos, conjugando com o período de crescimento dos respectivos hortícolas, planificando

racionalmente a respectiva produção. No Vale de Nhartanda, em Tete, a produção de quiabos constitui uma aposta estratégica de inúmeros camponeses (particularmente na segunda época de cada ano), em virtude do atractivo preço de mercado. Unicamente com base nas receitas oriundas da venda de quiabos, diversos camponeses foram capazes de construir casas e dependências com materiais convencionais, quer para residência própria quer para arrendamento. Já na Zona Verde da Matola, e pelo facto de permitir até oito colheitas anuais, diversos camponeses tendem a concentrar a sua produção na alface, beneficiando assim, sucessivas vezes, dos vantajosos preços do produto no mercado (que chega a atingir os 65 meticais por quilo). Enquanto na cidade de Tete os camponeses vendem a produção simultaneamente na própria machamba ou no mercado de Kwachena, localizado na proximidade da zona de exploração, já entre os camponeses entrevistados da Zona Verde da Matola, a produção é exclusivamente vendida no próprio local. A elevada procura de hortícolas nos diversos mercados formais e informais da capital, a indisponibilidade dos camponeses, o reduzido tamanho do agregado familiar, assim como o défice de confiança nos mesmos<sup>38</sup>, constituíram aspectos explicativos desta opção. Comparativamente, e apesar de beneficiarem do apoio de técnicos extensionistas (a nível da experimentação, do planeamento da produção e até da assessoria comercial), as comunidades de Mucotuene (no Chibuto) e de Namissica (em Nacala-Porto) revelaram menos domínio do preço dos produtos nos mercados, assim como menos contactos comerciais com potenciais compradores para o escoamento dos produtos. Trata-se de associações mais recentes (constituídas há menos de cinco anos), localizadas em locais mais isolados e que apresentam condições difíceis de acessibilidade. A comunidade de Namissica está localizada a mais de 5 km de uma estrada principal, sendo as vias de acesso aos locais de produção bastante acidentadas e intransitáveis durante o período chuvoso. Esta inacessibilidade concorre para o apodrecimento dos produtos no local de produção, conferindo maior poder negocial aos compradores que se deslocam à comunidade para aquisição dos produtos, no momento da definição dos preços de venda. A imperatividade de os camponeses venderem a produção após a colheita devido a dificuldades de armazenagem e consequentes riscos de apodrecimento, a reduzida informação dos produtores acerca dos mercados, a inexistência de meios de transporte próprios para escoamento dos produtos após colheita, assim como as condições oligopsónicas do mercado (são poucos os compradores com condições de acesso à comunidade de Namissica), constituem factores claramente desvantajosos para os camponeses entrevistados em Nacala-Porto. O seguinte comentário é ilustrativo:

<sup>38</sup> Tratando-se de um elemento nuclear na constituição da economia camponesa e uma garantia de funcionamento da unidade de produção, a família não deixa de constituir um elemento de desconfiança e de conflito. Todos os camponeses da capital do País entrevistados revelaram uma forte relutância na contratação de familiares, quer para actividades de produção quer para as actividades comerciais. Como referia uma camponesa da Zona Verde (de 55 anos), «os meus familiares não ajudam na machamba (...); trabalhar com a família não nos entendemos bem, as pessoas têm abuso, não respeitam o trabalho da machamba; por isso, mandar alguém para ir vender no mercado não, vão roubar ou dizer que não conseguiram vender. E depois confiar noutra pessoa não dá».

– «No início como ainda não tínhamos visão de como fazer negócio, combinávamos o preço por cesto (...); um cesto vendia por 300 ou 250. Agora este ano, assim como já estou a ouvir outra família a falar, tivemos de arranjar um novo método, conseguimos balança e agora estamos a vender os produtos em quilos» (Camponês em Namissica, de 45 anos).

Não obstante, de acordo com os técnicos extensionistas de Nacala-Porto, alguns camponeses da comunidade de Namissica começam também a aperceber-se das vantagens oferecidas pelos mercados, apostando na cultura de tomate e retirando daí um elevado rendimento.

Na comunidade de Mucotuene (no distrito de Chibuto), todos os camponeses se encontram no regime de consorciação, sendo os produtos hortícolas produzidos vendidos de forma colectiva nos mercados. Depois de nomeada uma comissão de camponeses para venda dos produtos no mercado municipal de Chibuto, os hortícolas são encaixotados e transportados para a cidade. O vendedor eleito fica assim responsável pela venda de toda a produção, sendo posteriormente o valor proporcionalmente dividido pelos diversos produtores, em função da quantidade de hortícolas produzida<sup>39</sup>.

## O ACESSO AO CRÉDITO

O acesso ao crédito bancário constitui uma terceira dimensão da integração dos camponeses nos mercados. Além do acesso ao consumo, o microcrédito permite a abertura de pequenos negócios, a criação e a manutenção de postos de trabalho, assim como a geração de renda para as famílias, desenvolvendo efeitos dinamizadores das economias locais e potenciando a respectiva inserção nos mercados. Ao longo das últimas décadas, diversas iniciativas de microcrédito penetraram nos meios rurais<sup>40</sup>. Contudo, da análise das entrevistas constatou-se que apenas 16,4% dos camponeses de todas as comunidades (ver Quadro 3) adquiriram um

<sup>39</sup> Na comunidade de camponeses de Mucotuene em Chibuto, todas as parcelas estão divididas em dez linhas de produção. Enquanto sete linhas de produção se destinam a venda colectiva no mercado (revertendo o respectivo valor para o camponês produtor, com o qual amortiza o investimento realizado pelo doador), já o destino da produção das restantes três linhas é gerida pelo produtor. Os camponeses utilizam os hortícolas para autoconsumo ou para venda por conta própria, com vista à aquisição de valores para compra de bens de consumo como óleo, sabão ou sal, entre outros.

<sup>40</sup> O relatório da Mozambique Microfinance Facility (Vletter, 2006: 3) associa a introdução de microcrédito em Moçambique à criação do Fundo de Crédito para Empresas Urbanas, em 1989, implantado como uma das componentes do Programa de Reabilitação Urbana do Banco Mundial, executado pelo Gabinete de Promoção do Emprego do Ministério do Trabalho (MITRAB). O programa disponibilizou empréstimos para a implementação de actividades urbanas que incluíam serviços de restauração, salões de beleza ou carpintarias, entre outros. Já em 1992, com vista ao apoio aos moçambicanos regressados da República Democrática Alemã (vulgo Madgermanes) e através do Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), o Governo introduziu novas modalidades de microcrédito, mais uma vez através do Gabinete de Promoção de Emprego do MITRAB. Este programa ficou posteriormente acessível para todos os microempresários das principais cidades do País (Maputo e Beira), lançando-se as bases para a criação do banco Socremo. De acordo com o mesmo relatório, a partir de meados da década de 1990, inúmeras organizações não governamentais internacionais impulsionaram o sector de microfinanças em Moçambique, com destaque para as zonas rurais. Paralelamente a esta iniciativa, foram surgindo outras patrocinadas por empresas privadas e, mais recentemente, pelo próprio Governo, no quadro de políticas de reabilitação da economia rural e da redução da pobreza: o Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE) e o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL) são disso exemplo.

empréstimo bancário. Comparativamente com as restantes comunidades, a penetração do crédito bancário é bem mais incidente nas zonas verdes das grandes capitais provinciais – nomeadamente da Matola (30,8%) e de Tete (25%) – do que nas restantes comunidades analisadas (de Mucotuene e de Namissica, nos arredores, respectivamente, de Chibuto e Nacala-Porto). Na Zona Verde da Matola, o período de maior adesão a crédito bancário aconteceu quando o banco ProCredit realizou uma campanha de concessão de empréstimos a camponeses, levando a que mais de metade da população entrevistada tivesse beneficiado de um crédito bancário. Em diversas situações se constatou que os créditos foram aplicados para fins diferentes daqueles para que foram adquiridos<sup>41</sup>. Como revelava um camponês da Zona Verde de 60 anos:

«Bom, eu queria muito obter o crédito mais para investir melhor na minha machamba, e também ver se podia aumentar para ver se comprava uma carrinha.»

Nas restantes comunidades, o acesso ao crédito aconteceu de uma forma bastante residual. Na localidade de Namissica, este fenómeno é justificável pelo facto de os camponeses não reunirem as condições necessárias para aquisição de crédito bancário, nomeadamente documentos de identificação, número de contribuinte, assim como condições de pagamento e garantias de devolução do capital. Exigente de garantias, o funcionamento da banca comercial tem sido incompatível com as características dos pequenos produtores agrícolas, considerando esta actividade de risco elevado. É neste sentido que diversos autores têm vindo a questionar a adaptabilidade da Lei das Terras às exigências do mercado<sup>42</sup>, particularmente a nível do acesso ao crédito. O facto de a terra ser propriedade do Estado impede o camponês de utilizar este recurso como garantia na negociação de um crédito bancário, criando desta forma obstáculos à penetração de capitais na agricultura (Negrão, 2002: 6). Por outro lado, as elevadas taxas de juro constituem factores desincentivadores e penalizadores do mutuário, particularmente para produtores agrícolas. Comparando com outros sectores de actividade, o crédito à agricultura oferece um conjunto de riscos acrescidos, pelo facto de este sector estar sujeito às incertezas e vicissitudes climáticas (Hanlon, 2002: 6). Como explicava um camponês da Zona Verde de 54 anos:

– *«Eu já pedi uma vez empréstimo desses do ProCredit, eles é que vieram mobilizar-nos: façam lá crédito. Só que vi que não havia entendimento com isso. Suponhamos, eu trabalhei quase dois anos,*

<sup>41</sup> De conversas informais com diversos analistas de crédito de instituições de microfinanças constatou-se que a concessão de microcrédito para a implementação de pequenos negócios constitui frequentemente um problema, pelo facto de os requisitantes aplicarem os valores noutra destinação que não aquela para a qual foram concedidos. Neste sentido, o desvio do suposto investimento em factores de produção para aquisição de bens de consumo reflecte-se a nível do período em que deveria iniciar-se o retorno do capital, com reflexos negativos no processo de amortização.

<sup>42</sup> Remetidos ao direito de usufruto e aproveitamento da terra, os agricultores estão impedidos de utilizar o terreno agrícola como garantia bancária, traduzindo-se a concessão de empréstimo num processo moroso, arriscado e complexo, marcado por juros elevados. Um investidor de capital comercial procura obter taxas de retorno elevadas, frequentemente superiores a 35%, sobre um determinado investimento na agricultura, onde o risco é considerado elevado (Kaarhus & Woodhouse, 2012).

*mas eu quando fui sentar e ver... Eu por acaso levei e acabei de pagar e deixei, porque os juros são muito elevados e quase eu ficava prejudicado. Não vale a pena isso de empréstimo.»*

Neste contexto adverso, muitos camponeses recorrem a sistemas de poupança informais. Neste sentido destaca-se o papel do xitique – prática de poupança colectiva muito popular, que consiste no depósito regular de uma quantia estabelecida de dinheiro, que é levantada rotativamente por cada um dos membros do grupo. Da análise das entrevistas constata-se que o xitique tem resolvido, sobretudo, pequenos problemas relacionados com o consumo (compra de vestuário, utensílios domésticos ou melhoria da habitação), ainda que não deixe de ser aplicado também no negócio agrícola. Como explicam Casimiro & Souto (2010: 83), a participação em associações de poupança ou de crédito rotativo tem contribuído para a mudança da vida de muitos camponeses e das suas possibilidades de consumo. Decorrentes destas lógicas de poupança informais estabelecem-se novas normas e costumes, assim como novas modalidades de relacionamento na comunidade, assentes na (des)confiança, na solidariedade ou no conflito. Por outro lado, constatou-se que alguns camponeses beneficiaram do acesso ao Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) – vulgo «sete milhões» –, estando outros aguardando pela análise do pedido<sup>43</sup>. Trata-se de actores particularmente envolvidos nas actividades políticas locais<sup>44</sup>, o que ilustra o carácter elitista dos actores analisados no contexto da comunidade. Esta iniciativa de atribuição de fundos para investimentos locais tem permitido o acesso de camponeses, em posições sociopolíticas estratégicas, a recursos financeiros, não deixando de incentivar a geração de pequenos empregos informais. Da análise dos resultados, as taxas de sucesso dos investimentos são mais discutíveis, assim como os níveis de reembolso das actividades ou a eficácia dos processos de controlo e de acompanhamento. O seguinte comentário é disso ilustrativo:

*– «Estou a conseguir pagar, mas não é sempre que eu pago, porque, por exemplo, neste momento que eu... desde que estamos a sofrer de chuvas já não se consegue (...) Eu fui lá explicar que agora tenho o problema da chuva. (...) Não disseram nada, só disseram que está bom, estamos a entender isso. Se conseguir, sempre tem de vir pagar. Mas basta eu conseguir, vou lá pagar» (camponesa da Zona Verde, 48 anos).*

<sup>43</sup> Nas entrevistas realizadas na localidade de Namissica, quatro camponeses confirmaram ter recebido esse empréstimo.

Contudo, de acordo com os extensionistas que participaram como intérpretes nas entrevistas, diversos camponeses não responderam honestamente à questão, omitindo propositadamente esse apoio, numa estratégia de salientar as dificuldades, com a expectativa de recolher potenciais apoios junto de doadores.

<sup>44</sup> Os beneficiários mostram-se particularmente activos no acompanhamento a líderes políticos e governamentais nas visitas à região, no acompanhamento de técnicos de saúde ou, inclusivamente, do processo de recenseamento eleitoral. Por vezes, trata-se dos próprios líderes comunitários, envolvidos na actividade política.

Além da natureza dos projectos financiados – muitos com destino à agro-pecuária, onde, pela natureza da actividade, os beneficiários necessitam de esperar no mínimo um ano para obter um resultado do investimento –, uma explicação corrente para o baixo retorno está associada à mensagem deturpada que chega à população, segundo a qual o dinheiro concedido a nível dos famosos «sete milhões» não tem de ser devolvido (Francisco, 2013: 241). As principais críticas sobre a atribuição destes fundos relacionam-se com a inexistência de critérios precisos sobre a utilização do OIIL, com o baixo reembolso dos créditos, com o desvio da aplicação dos fundos, com a falta de transparência na atribuição dos mesmos, assim como com a sua utilização na promoção de relacionamentos de fidelização partidária, caciquismo e enquanto instrumento de campanha eleitoralista (Mosca, 2014: 7).

## CONCLUSÃO

Nas últimas décadas realizaram-se grandes investimentos nos distritos em análise, em áreas tão diversas como a mineração, a indústria ou a construção, o comércio por grosso e a retalho, o transporte e armazenamento, a hotelaria e a restauração, os serviços de segurança, entre outras actividades. Estes investimentos geraram diversas oportunidades de emprego ou de criação de novos negócios, no sector formal ou informal da economia, com potencial atractivo das populações camponesas da região, dinamizando situações de pluriactividade ou estimulando o abandono da actividade agrícola. Por outro lado, o crescimento urbanístico e o aumento do preço dos terrenos têm exercido uma pressão imobiliária (particularmente no vale de Nhar-tanda, plenamente inserido na cintura urbana de Tete), com impactos negativos nas áreas de produção disponíveis<sup>45</sup>.

Da análise destas quatro comunidades agrícolas, constatou-se que os efeitos referidos variam em função de um conjunto de aspectos como a antiguidade da associação de camponeses, o tipo de apoios à produção recebidos por parte de organizações (não) governamentais, a dis-

<sup>45</sup> Com base nos inquéritos aplicados aos camponeses, constatou-se que, não obstante as elevadas receitas originárias da actividade agrícola, a rentabilidade por metro quadrado no mercado imobiliário torna a actividade rendeira mais rendível do que a produção agrícola. Em termos exemplificativos, na Zona Verde da cidade da Matola, uma dependência com um quarto e casa de banho com 15 m<sup>2</sup> estava sujeita, em 2014, a uma renda mensal de 3000 meticais. Trata-se de um valor de 200 meticais por cada metro quadrado, bastante superior aos 17,80 meticais por metro quadrado de rendimento decorrente da actividade agrícola (Feijó & Agy, 2015). Neste contexto, diversos camponeses da cidade da Matola e de Tete têm aplicado uma parte significativa das suas receitas na realização de construções, não só para habitação como, inclusive, para arrendamento, garantindo, deste modo, um conjunto de receitas estáveis complementares à actividade agrícola. Contrariamente à actividade agrícola, o arrendamento imobiliário não está sujeito às vicissitudes climatéricas (cheias, secas, inundações), aos efeitos nefastos de pragas ou de avarias de motobombas e de equipamento de irrigação, não obriga à utilização de mão-de-obra (familiar ou contratada), aumentando o tempo livre e reduzindo os custos de produção. Desta forma, os camponeses reforçam a sua atitude conservadora, tornando-se relutantes em investir exclusivamente na aquisição de novas áreas de produção, em apostar em culturas novas e arriscadas ou em fazer alterações não experimentadas nos seus sistemas agrícolas. Quando possível, os camponeses optam por diversificar as fontes de receitas (em sectores não agrícolas), garantindo uma maior segurança familiar.

tância da área de produção relativamente ao centro urbano ou o dinamismo económico do mesmo, assim como a proximidade relativamente à África do Sul.

De facto, comparativamente com as comunidades a norte do rio Save, entre os camponeses de Chibuto ou da Matola, constatou-se uma maior tendência de êxodo rural, assim como de situações de pluriactividade. Trata-se de movimentos populacionais que constituem o resultado não apenas do grande investimento realizado na Área Metropolitana de Maputo mas, sobretudo, da tradição migratória para a África do Sul existente nestas comunidades, dos efeitos que este país provoca no imaginário popular local, ou da importância histórica das remessas dos emigrantes para as populações rurais a sul do rio Save. O facto de os distritos do Chibuto e da Matola terem registado um saldo migratório negativo (contrariamente aos distritos de Tete e de Nacala-Porto) permite não apenas aferir a insuficiência dos novos postos de trabalho perante a procura de emprego existente mas também o carácter comparativamente mais atractivo dos salários praticados no país vizinho.

Por outro lado, a proximidade dos mercados e consequente facilidade de escoamento dos produtos, o carácter atractivo do preço dos produtos hortícolas nos mercados locais (Feijó & Agy, 2015) ou os apoios fornecidos por organizações não governamentais<sup>46</sup> (a nível do fornecimento de insumos ou de instalação de sistemas de regadio) não só fornecem condições concorrenciais vantajosas como promovem a retenção das populações na actividade agrícola. De facto, a maioria dos camponeses entrevistados auferem rendimentos médios mensais superiores ao salário mínimo nacional ou a rendimentos obtidos nas actividades do sector informal das grandes cidades, o que lhes confere uma maior capacidade de consumo. Nas comunidades mais distantes dos centros urbanos (nomeadamente no Chibuto e Nacala-Porto) e pouco integradas nos mercados, a baixa escolarização e a inexistência de documentos de identificação são factores que desincentivam o êxodo rural.

Por outro lado, constatou-se que os efeitos negativos dos processos migratórios – que poderiam ser sentidos a nível da redução de mão-de-obra disponível para trabalhos agrícolas, na consequente diminuição da produção e insegurança alimentar – são atenuados por um conjunto de três factores. Por um lado, os familiares emigrantes (particularmente a sul do Save) são responsáveis pelo envio de remessas económicas, que permitem a contratação de trabalhadores locais, de forma mais ou menos pontual, garantindo desta forma a realização de tarefas tradicionalmente atribuídas aos homens (como o destroncamento, a manutenção de habitações e outros trabalhos). Em segundo lugar, os apoios obtidos de organizações (não) governamentais (em insumos e formação) e a facilidade de escoamento dos produtos em

<sup>46</sup> Pela acção que exercem na procura de produtos hortícolas, os diversos operadores económicos na região contribuem para uma pressão inflacionista sobre os preços. A título de exemplo, o responsável pelos Serviços Distritais para as Actividades Económicas em Nacala-Porto partilhou que só a empresa Vale solicitou a quantidade semanal de 15 toneladas de tomate, assim como grandes quantidades de outros produtos hortícolas, que o distrito não tem capacidade de produzir, optando aquela empresa pela importação.

mercados atractivos (particularmente em Maputo e Tete) proporcionam a possibilidade de contratação de trabalhadores agrícolas, oriundos frequentemente das zonas mais rurais da província, capazes de colmatar eventuais situações de redução de mão-de-obra familiar disponível, quer por via da emigração quer de situações de pluriactividade. Em terceiro lugar, a reduzida dimensão dos terrenos (entre 0,2 ha em Mucotuene, 0,33 ha em Nhartanda e 0,35 na Zona Verde) não é particularmente exigente de mão-de-obra, sendo que as taxas de fecundidade não deixam de proporcionar uma reserva de força de trabalho excedentária, capaz de compensar a partida de membros da família.

O processo migratório exerce um forte efeito sobre a transformação das estruturas de organização familiar e de divisão do trabalho, assim como de autonomia e de poder das mulheres. De facto, a migração masculina tem como consequência um maior envolvimento das mulheres entrevistadas na produção de culturas de rendimento, permitindo-lhes a aquisição de receitas oriundas do seu trabalho e, por essa via, uma maior autonomia económica. O êxodo rural masculino contribui para a emancipação da mulher a nível dos processos de tomada de decisão, permitindo-lhe mais espaço de penetração na esfera pública e política, reforçando o seu poder simbólico na comunidade.

Por outro lado, no Sul de Moçambique, as dinâmicas migratórias estimulam o processo de integração das comunidades nos mercados. Como referido, as remessas dos emigrantes são frequentemente aplicadas na contratação de mão-de-obra assalariada em substituição ou complemento de elementos da família. Os camponeses das cidades da Matola ou de Tete, com mais anos de experiência na agricultura, geograficamente mais integrados nos centros urbanos ou nas instituições de microfinanças, revelaram maiores índices de penetração bancária, assim como de acesso aos mercados. Estes camponeses conhecem melhor os preços de mercado e revelam habilidades na escolha dos produtos mais rendíveis, conjugando o período de crescimento com o valor no mercado. Exceptuando na localidade de Namissica (com vias de acesso de má qualidade), as condições de acesso às zonas de produção eram favoráveis (em termos de estado das estradas de nível principal e secundário), com efeitos positivos sobre as condições de escoamento dos produtos, sobre a definição dos preços, mas também a nível do acesso a insumos agrícolas.

Em suma, em sistema de regadio, com condições de acesso a crédito, a insumos ou aos mercados, a pequena agricultura familiar pode constituir uma actividade rendível, geradora de rendimentos bem superiores ao salário mínimo praticado nos diversos sectores formais da economia<sup>47</sup>, além de garantir a segurança alimentar e de permitir uma gestão flexível do tempo.

---

<sup>47</sup> Estes resultados estão de acordo com os estudos de Smart & Hanlon (2014: 89), que corroboram o carácter rendível da actividade agrícola, em condições de acesso aos mercados ou em sistema de regadio. Um «proeminente académico» entrevistado por Smart & Hanlon referia que «ganho mais com os meus porcos do que com o meu salário». Outros entrevistados abandonaram cargos públicos e privados para se dedicarem à agricultura comercial.



Próxima dos centros urbanos forma-se assim uma classe média, de acordo com os padrões da Organização Internacional do Trabalho<sup>48</sup>, com níveis de rendimento superiores àquilo que Smart & Hanlon (2014) designaram como «médios agricultores comerciais».

Importa salientar que estas conclusões resultam da forma como a amostra foi constituída. Pretendendo mostrar aos investigadores as comunidades mais organizadas (em cooperativas ou em associações), com maiores áreas de produção e com maior sucesso no distrito, os camponeses analisados foram, frequentemente, indicados pelos Serviços Distritais das Actividades Económicas. Contudo, ao longo da presença nos respectivos distritos, foi possível comparar a situação destas comunidades com a dos restantes camponeses da região, bem mais limitados no acesso à água, sem condições para regadio e praticando uma agricultura de sequeiro, sem apoios de organizações não governamentais e, portanto, com condições de produção mais desvantajosas. Esta análise reporta-se a um grupo social protegido, economicamente favorecido, tendencialmente elitista e próximo dos centros de poder político, pelo que qualquer tentativa de generalização das conclusões para todos os camponeses do País seria, naturalmente, abusiva. Para a restante maioria dos camponeses não são comparáveis as condições de acesso a crédito, a insumos, a mercados rendíveis, apoio extensionista ou conhecimento de técnicas agrícolas, impedindo-os de beneficiar, da mesma forma, do crescimento das grandes cidades.

---

<sup>48</sup> Considerando os países em desenvolvimento, a Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization – ILO, 2013: 40) define como «*middle class workers*» aqueles trabalhadores com rendimentos diários compreendidos entre os 4 e os 12 dólares (portanto, entre 34 560 e 103 680 meticais anuais, se considerarmos seis dias de trabalho semanais e 12 meses de trabalho por ano, ao câmbio de 30 meticais por dólar).

## REFERÊNCIAS:

- Abudu, F. (1986). Work attitudes of Africans. *ISMO*, 16, 17-36.
- Araújo, M. (1999). Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. *Fimisterra*, 67-68, 175-190.
- Bakewell, O. (2008). In search of diasporas within Africa. *African Diaspora*, 1, 5-27.
- Brad, P. (2008). *Fábricas no campo: Transformação Rural e Organização do Trabalho no Triângulo do Caju em Moçambique*. Relatório de trabalho preparado para a Techo Serve pp. 1-35.
- Casimiro, I. & Souto, A. (2010). *Empoderamento Económico da Mulher, Movimento Associativo e Acesso a Fundos de Desenvolvimento Local*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Casimiro, I. (1999). *Relações de Género na Família e na Comunidade em Nampula*. Maputo: Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento.
- Casimiro, M. I. (2008). As mulheres estão mais livres apesar de trabalharem muito – mulheres camponesas lutam pela dignidade numa aldeia de Moçambique. In *12.ª Assembleia-Geral Governar o Espaço Público Africano*. Yaoundé: Codesria.
- Chambe, M. (2011). Abordagem teórica em torno da pluriactividade: as diversas formas de manifestação nas regiões rurais de Moçambique. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, 5 (1), 16-30.
- Chant, S. (1998). *Households, Gender and Rural-Urban Migration: Reflections on Linkages and Considerations for Policy*. London University Press.
- Chayanov, A. (1985). *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Chipembe, C. (dir.) (2007a). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Indicadores sociodemográficos distritais. Província de Maputo*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Chipembe, C. (dir.) (2007b). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Indicadores sociodemográficos distritais. Província de Gaza*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Chipembe, C. (dir.) (2007c). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Indicadores sociodemográficos distritais. Província de Tete*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Chipembe, C. (dir.) (2007d). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Indicadores sociodemográficos distritais. Província de Nampula*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Chipembe, C. (dir.) (2011). *Mulheres e Homens em Moçambique: Indicadores seleccionados de género 2011*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Chipembe, C. (dir.) (2012). *III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007: Indicadores sociodemográficos distritais ¾ Maputo Província*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

- Chipembe, C. *et al.* (2010). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2008/09*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Costa, A. & Rodrigues, C. (2007). Famílias e estratégias de sobrevivência e reprodução social em Luanda e Maputo. In Jochen Oppenheimer & Isabel Raposo (coord.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri. pp. 139-161.
- DNAL (Direcção Nacional da Administração Local) (2005). *Perfil do Distrito de Chibuto, Província de Gaza*. Maputo: Ministério da Administração Estatal. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/distritos/gaza/Chibuto.pdf> (consultado a 21 de Julho de 2014).
- Durkheim, É. (1977). *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Farré, A. (2009). Formas de investimento das poupanças no local de origem por emigrantes do Sul de Moçambique. O caso do distrito de Massinga (Inhambane). In Luís de Brito *et al.*, *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 219-240.
- Feijó, J. & Agy, A. (2015). Dinâmicas da economia camponesa em zonas de implementação de grandes projectos. In João Mosca (org.), *Sector Familiar e Desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Observatório no Meio Rural.
- Feijó, J. (2010). Relations with people and relations with things: management of human resources in African companies. *Werkinkel – Journal of Low Countries and South African Studies*, 5 (1), 73-90.
- Feijó, J. (2011). Biscates, manobras e boladas – estratégias de compensação salarial de trabalhadores moçambicanos em Maputo. In Cristina Manesch, Ana Gomes & Ida Gonçalves (orgs.), *Nos Dois Lados do Atlântico: trabalhadores, organizações e sociabilidades*. Belém: Editora Paka-Tatu. pp. 95-112.
- First, R. (coord) (1998). *O Mineiro Moçambicano – Um Estudo sobre a Exportação de Mão-De-Obra em Inhambane*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Frias, S. (2006). *Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira? – Mulheres, economia informal e mudança cultural*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Hanlon, J. (2002). *Debate sobre a Terra em Moçambique: Irá o desenvolvimento rural ser movido pelos investidores estrangeiros, pela elite urbana, pelos camponeses mais avançados ou pelos agricultores familiares?* Londres: Oxfam GB – Regional Management Center for Southern África.
- Hernandez, Émile-Michel (1998). La gestion des ressources humaines dans l'entreprise informelle africaine. *Revue Française de Gestion*, 119, 49-57.

- Hernandez, Émile-Michel (2000). Afrique: L'actualité du modèle paternaliste. *Revue Française de Gestion*, 128, 98-106.
- Hyden, G. (1983). *No Shortcuts to Progress: African Development Management in Perspective*. Berkeley / Los Angeles: University of California Press.
- ILO (International Labour Office) (2013). *Global Employment Trends 2013: Recovering from a second jobs dip*. Geneva: International Labour Organization.
- Kemper, R. (1991). Urban anthropology in the 1990s: The state of its practice. In Robert Kemper (ed.), *Directory of Urban Anthropologists. A special volume of urban anthropology*, 20 (3). pp. 211-223.
- Kessides, C. (2007). The urban transition in Sub-Saharan Africa: challenges and opportunities. *Environment and Planning*, 25 (4), 466-85.
- Mather, D. et al. (2004). Análise de mortalidade de adultos em agregados familiares rurais em Moçambique e as implicações para as políticas. *Relatório de Pesquisa*, 58. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- MINAG (2010). *Plano Estratégico do Sector Agrário: PEDSA 2010-2019*. Maputo: Ministério da Agricultura.
- Mosca, J. & Abbas, M. (2013). Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares. *Observador Rural*, 3. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Mosca, J. (2011). *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Maputo: Escolar Editora.
- Mosca, J. (2014). *Um Contributo para a Análise Política e Económica do Campesinato em Moçambique*. Texto policopiado.
- Negrão, J. (2002). A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 179, 1-21.
- Negrão, J. (2006). *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Texto Editores.
- Newitt, M. (1995). *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Nielsen, M. (2012). Como não construir uma estrada: uma análise etnográfica dos efeitos socioeconómicos de um projecto chinês de construção de infra-estruturas em Moçambique. In Sérgio Chichava & Chris Alden, *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique-China em perspectiva*. Maputo: IESE / SAIIA. pp. 61-80.
- O'Connor, A. M. (1983). *The African City*. London: Hutchinson.
- Oppenheimer, J. & Raposo, I. (2007). Entre os constrangimentos estruturais e a margem de manobra dos cidadãos africanos: reflexões conceptuais e metodológicas. In Jochen Oppenheimer & Isabel Raposo (coord.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri. pp. 23-36.
- Pfeiffer, J. (2003). Cash income, intrahousehold cooperative conflict, and child health in Central Mozambique. *Medical Anthropology*, 22 (2), 87-130.

- Piepoli, S. (2008). Empreendedorismo no feminino: os percursos de negociantes informais de Maputo. In José Fialho Feliciano & Guilherme Fonseca-Statter (coord.), *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa : Centro de Estudos Africanos. pp. 253-276.
- Potts, D. (1997). Urban lives: adopting new strategies and adapting rural links. In C. Rakodi (ed.), *The Urban Challenge in Africa: growth and management of its large cities*. Nova Iorque: United Nations University Press. pp. 447-494.
- Raposo, I. (2007). Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio. Urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo. In Jochen Oppenheimer & Isabel Raposo (coord.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colíbi. pp. 105-138.
- Sambo, B. (2013). Exclusão social nas zonas rurais de Moçambique: os enteados das microfinanças. In Samuel Quive, Arlindo Chilundo & Luísa Mutisse (org.) *Perspectiva Sociológica do Desenvolvimento Rural*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane. pp. 257-310.
- Siteo, T. (2005). *Agricultura Familiar em Moçambique – estratégias de desenvolvimento sustentável*. Maputo. Texto policopiado.
- Siteo, T. (2008). Evolução dos sistemas agrários no vale do Infulene, cidade da Matola, província de Maputo, uma abordagem sistémica. In *Anais do 4.º Congresso Brasileiro de Sistemas*. Centro Universitário de Franca Uni-FACEF, 29 e 30 de Outubro de 2008. Disponível em: [http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/A/A\\_110.pdf](http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/A/A_110.pdf) (consultado a 10 de Dezembro de 2014).
- Smart, T. & Hanlon, J. (2014). *Galinhas e Cerveja: uma receita para o desenvolvimento*. Maputo: Kapicua.
- Vleter, F. (2006). *Microfinance in Mozambique – achievements, prospects & challenges. Mozambique Microfinance Facility*. Disponível em: [http://www.uncdf.org/english/microfinance/uploads/sector\\_assessments/Mozambique%20-%20SA.pdf](http://www.uncdf.org/english/microfinance/uploads/sector_assessments/Mozambique%20-%20SA.pdf) (consultado a 20 de Novembro de 2014).
- Weber, M. (1983). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, volume 1*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Whiteside, M. (2001). *Neighbours in Development: livelihood interactions between Northern Mozambique and Southern Malawi*. UK: Department of International Development.

## JORNAIS DIGITAIS

- Carlos, B. (26.06.2014). TETE: Agricultura potencia cadeia de produção. In *Notícias online*. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/provincia-em-foco/18241-tete-agricultura-potencia-cadeia-de-producao> (consultado a 6 de Agosto de 2014).
- José, H. (05.04.12). Matola uma gigante em sono profundo. In *a Verdade Online*. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/26313-matola-um-gigante-em-sono-profundo> (consultado a 23 de Outubro de 2014).
- Redacção (07.11.2014). Vale de Nhartanda  $\frac{3}{4}$  camponeses denunciam usurpação das suas terras. In *Notícias* (p. 5), n.º 29 259.